

Nesta edição, veja:

Equomandala

**História do Rúgbi em
Cadeira de Rodas no Brasil**

e outros assuntos



SOBAMA



PROEX

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ADAPTA

a revista profissional da Sobama



A revista ADAPTA é uma publicação anual da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (Sobama).
VOL 8 no. 1 - 2012
ISSN 1808-8902

Editora-chefe

Adriana Inês de Paula depaula@ufc.br

Editora-convidada

Eliane Mauerberg-deCastro mauerber@rc.unesp.br

Diretoras de arte

Eliane Mauerberg-deCastro mauerber@rc.unesp.br
Debra Frances Campbell campbell@rc.unesp.br

Diagramação e capa

Eliane Mauerberg-deCastro mauerber@rc.unesp.br

Colaboradores

Adriana Inês de Paula depaula@ufc.br
Eliane Mauerberg-deCastro mauerber@rc.unesp.br

Assinaturas

Adriana Inês de Paula depaula@ufc.br
Joslei Viana de Souza sobamauesc@gmail.com

Submissão de manuscritos

Adriana Inês de Paula depaula@ufc.br

Diretoria Executiva da SOBAMA

Presidente: Joslei Viana de Souza
Vice-Presidente: Admilson Santos
Secretária Geral: Márcia Valéria Cozzani
1ª Secretária: Paulo Verardi
Tesoureira: Marcia Morel
1ª Tesoureira: Graciele Massoli Rodrigues

Contate a Sobama:

Joslei Viana de Souza
Departamento de Ciências da Saúde, Colegiado de Educação Física, UESC
Campus Soane Nazaré de Andrade km 16 Rodovia Ilhéus-Itabuna CEP 45662-900. Ilhéus-Bahia
Fone: 73-36805123
Fax: 73-36805123
E-mail: sobamauesc@gmail.com
ou diretamente na página da Sobama
<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm>

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião dos editores da revista ou da diretoria da Sobama.

Apoio

UNESP Rio Claro, SP
UFC Fortaleza, CE
UESC Ilhéus, BA



Conteúdo

Experiências Docentes na Natação Adaptada e no Basquetebol em Cadeira de Rodas

*Camila Camelo Andrade
Jessica Souza de Freitas
Gleudson Oliveira Ferreira
Raíssa Forte Pires Cunha
Adriana Inês de Paula*



pag 4

Atividade Motora Adaptada no Centro de Forma o de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Elisângela Santana dos Santos
Elisângela da Silva Pindobeira
Alex Almeida da Silva
Ana Paula Vieira Dias
Danilo Andrade de Almeida
Urânia Andrade Fonseca
Paula Cristina S. Silva
Marcia Cozzani
Cíntia Mota Cardeal*



pag 9

Em Busca da Inclusão na Educa o Física Adaptada Um Relato de Experiência

Erenildo do Nascimento de Souza



pag 12

Equomandala

Projeto de Extensão Universitária no Interior de São Paulo

*Débora Gambary Freire
Fernanda Carolina T. da Silva
Vanessa Fernandes
Adriana Inês de Paula
Marli Nabeiro*



pag 15

Inicia o da Bocha Paralímpica na Vila Olímpica do Caju, RJ. Um Relato de Experiência

*Luciana Merath de Medeiros
Ana Paula Guimarães Panicé
Brenda dos Santos Argollo
Bruna Nogueira Pereira
Márcia da Silva Campeão
Bruno Vieira Reglo
Romulo Albuquerque Maranhão*



pag 23

Projeto de Extensão Universitária Iniciação ao Judô Inclusivo

*Rafaella Bôto Ferreira Costa
Jessyca Juvêncio Siqueira
Rayanne Freitas Costa Alves
Adriana Inês de Paula*

pag 27



História do Rúgbi em Cadeira de Rodas no Brasil

*Moses Messias Souza de Sant'Anna
Ricardo Prates*

pag 32

Normas para Publicação

pag 39

Experiências Docentes na Natação Adaptada e no Basquetebol em Cadeira de Rodas

Camila Camelo Andrade
Jessica Souza de Freitas
Gleudson Oliveira Ferreira
Raíssa Forte Pires Cunha
Adriana Inês de Paula

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

Introdução

O conhecimento em atividade motora adaptada ainda não é muito difundido em nosso estado, o Ceará, e por esse motivo existem alguns tabus ou pouco entendimento sobre a realização de atividade física por parte das pessoas que possuem alguma deficiência, física ou intelectual, e por parte de seus familiares. A deficiência por vezes é erroneamente emparelhada com a falta de eficiência ou até mesmo uma doença que impossibilita a pessoa de realizar qualquer que seja a atividade física.



Nas faculdades e universidades vemos que nos cursos de educação física especificamente, poucas são disciplinas que se propõem a esclarecer sobre as deficiências e as implicações quanto às práticas das atividades físicas adaptadas, prejudicando a disseminação desse conhecimento, a visibilidade da prática da atividade física para pessoas com deficiência e ainda a qualificação e formação profissional nessa área de atuação, que fica a mercê, por vezes, do conhecimento empírico. Na atuação profissional o conhecimento teórico é tão importante quanto o prático, essa relação entre prática e teoria é determinante para uma

desempenho profissional eficiente e conciente. Além disso, a associação entre a teoria e a prática fortalece o processo ensino-aprendizagem, pois contribui para uma melhor assimilação do assunto abordado.

Nesse contexto, o Laboratório de Atividade Motora Adaptada e Percepção-Ação/LAMAPA foi criado no Instituto de Educação Física e Esportes/IEFES da Universidade Federal do Ceará/UFC para proporcionar aos alunos graduandos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e áreas afins um espaço, além da sala de aula, de aprendizagem teórico-prático sobre a atividade motora adaptada. O LAMAPA também realiza pesquisas nessa área, construindo assim novos conhecimentos, além de oferecer atividades físicas adaptadas para a comunidade.

O LAMAPA constitui-se em um importante espaço para a formação profissional e até mesmo pessoal dos graduandos em educação física, principalmente para os bolsistas que tem nele a sua primeira experiência como docente. Devido à importância dessas vivências em nossas vidas, decidimos relatar as experiências docentes nos projetos da natação adaptada e do projeto basquetebol em cadeira de rodas desenvolvidas pelo LAMAPA.





DePaula

Apresentação do LAMAPA

O LAMAPA- IEFES/UFC desenvolve estudos e pesquisas nas áreas da atividade motora adaptada, comportamento motor típico e atípico bem como nas relações percepção-ação das pessoas com e sem deficiência. É coordenado pela Profa. Dra. Adriana Inês de Paula e composto por alunos dos cursos de graduação em licenciatura e bacharelado em educação física, por atletas e participantes dos projetos de extensão e por uma voluntária secundarista. Ainda, o LAMAPA desenvolve semanalmente o grupo de estudos em atividade motora adaptada (GEAMA), que é um espaço de compartilhamento e de construção de conhecimento em que professora e demais participantes interagem e discutem sobre textos de cunho científico e prático e relaciona aos assuntos que estão intrínsecos e extrínsecos a deficiência e ao processo de ensino-aprendizagem.

O LAMAPA - IEFES/UFC oferece varias atividades para os graduandos do curso de educação física e também para a comunidade através de seus projetos de extensão universitária. São oferecidas aulas de natação adaptada, judô inclusivo, basquetebol em cadeiras de rodas, atletismo adaptado, atividade física pré-desportivas e recreacionais, além de educação odontológica para crianças e adolescente com espectro do autismo.

O LAMAPA oferece varias atividades para os graduandos do curso de educação física e também para a comunidade através de seus projetos de extensão universitária. São oferecidas aulas de natação adaptada, judô inclusivo, basquetebol em cadeiras de rodas, atletismo adaptado, atividade física pré-desportivas e recreacionais,

além de educação odontológica para crianças e adolescente com espectro do autismo.

A natação adaptada é organizada por quatro bolsistas e dez alunos, entre esses dois atletas que disputam competições Paralímpica de âmbito regional e nacional. As aulas e treinos ocorrem de forma individualiza, dessa forma, os alunos são distribuídos em horários distintos, para que seja possível que cada bolsista tenha apenas um aluno por aula. Isso é necessário porque cada aluno tem necessidades, níveis e objetivos distintos, pois temos alunos com deficiência visual, amputações, paralisia cerebral e sequela de pólio; tem os que estão na iniciação da natação e outros que já estão treinando para competições nacionais, ainda, tem os que querem aprender a nadar, obter melhora do condicionamento físico e ainda buscam melhorias das condições de saúde através das atividades aquáticas.



DePaula



Para Mauerberg-deCastro (2011), as atividades desenvolvidas no meio líquido podem proporcionar sensações totalmente novas, principalmente para pessoas com deficiência. É um ambiente capaz de despertar prazeres em algumas pessoas e amedrontar outras. Por isso trabalhar no meio aquático requer uma série de cuidados referentes à segurança e a adaptação individual.

Os bolsistas reúnem-se periodicamente para realizarem planejamento das atividades a serem desenvolvidas para que todos tenham conhecimento de como está o desenvolvimento e a evolução de cada aluno. Esse planejamento posteriormente é apresentado e discutido com a professora que coordena o LAMAPA.

A equipe de basquete em cadeira de rodas é composta de doze atletas adultas e uma adolescente, do sexo feminino, que apresentam variados tipos de deficiência motora, tais como lesão medular, amputações, sequelas de poliomielite, distrofias e má formação congênita. As participantes migraram de outro projeto de extensão no qual já estavam juntas por período próximo de dois anos. No entanto, nesse outro local elas não encontravam condições ideais de treinamento, uma vez que dividiam tanto a quadra como as cadeiras de rodas com a equipe masculina e assim, não tinham suas cadeiras específicas e apropriadas para os tipos físicos e características das deficiências. Cinco bolsistas são responsáveis por desenvolver as atividades, que são previamente planejadas e depois apresentadas e discutidas com a professora coordenadora.

Ao longo do projeto novas atletas foram se juntando ou grupo. Como o objetivo do basquete em cadeira de rodas é a competição trabalhamos os fundamentos técnicos, e as capacidades físicas das atletas uma vez que ficou evidente nos primeiros treinos a necessidade de refinamento técnico-tático (manejo de cadeira, posicionamento de mãos nos passes e arremessos, diferentes tipos de bandeja, conhecimento tático sobre posicionamento em quadra na defesa, jogadas para os diferentes tipos de marcações, saídas de contrataque, entre outros) e condicionamento físico (resistência cardiovascu-



lar, velocidade, agilidade força e potência) o que demonstra que o tempo prolongado na modalidade não significa o aperfeiçoamento dos fundamentos necessários para um desempenho elevado em competições.

A experiência docente

Nos projetos desenvolvidos pelo LAMAPA, os alunos graduandos em educação física têm a oportunidade de vivenciar a docência através das atividades oferecidas pelos projetos que fomentam o desenvolvimento de um profissional mais capacitado para atuar com atividade física adaptada, definida como:

Uma área profissional em que a prestação de serviço é fundamentada num corpo de conhecimentos multi-, inter-, e cross-disciplinar. É dirigida à identificação e à solução de problemas psicomotores ao longo do período vital, os quais, de uma forma ou de outra, limitam a expressão potencial do indivíduo, comprometendo sua adaptação (Mauerberg-deCastro, 2011).

Esse espaço de atuação prática, dentro do curso de educação física, possibilita ao aluno trilhar o seu próprio caminho na docência, de forma orientada. Dessa maneira, ele passa a perceber o seu potencial, a descobrir os desafios que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e buscar a sua maneira de vencer as adversidades. Esse é um momento importante e de aprendizagem que o LAMAPA proporciona para seus integrantes, pois nele estamos sempre cercados de pessoas que estão dispostas a nos ajudar e orientar para que possamos realizar um trabalho de qualidade para nossos alunos. É um local em que nos sentimos incluídos!

No curso de educação física da UFC, o currículo até então vigente dificulta, de certa forma, o conhecimento inicial ou a descoberta dessa área enquanto campo de atuação, já que a disciplina obrigatória referente a atividade física adaptada



(até então denominada de introdução a educação especial) só é ofertada no oitavo e último semestre dos cursos. A partir de 2013 um novo currículo entra em vigência, no qual a disciplina obrigatória atividade física adaptada será ofertada no segundo ano do curso. Por conta disso os alunos bolsistas tinham no início da participação no LAMAPA pouca ou nenhuma experiência com o desporto adaptado e foi preciso desenvolver um processo diferenciado de aprendizagem baseando-se paralelamente da busca bibliográfica e discussão de textos—no GEAMA—e na experimentação, na troca de experiências e conhecimentos. Uma aprendizagem cooperativa em que o professor/treinador foge da perspectiva tradicional de detentor do conhecimento e aprende e constrói o conhecimento em conjunto com seus alunos/atletas.

A experimentação, a princípio, foi proporcionada por um conjunto de vivências práticas em que os integrantes do projeto foram convidados a simular as deficiências, exemplos destas práticas são: utilização de vendas para simular deficiência visual, sendo o aluno guiado por um companheiro/guia do projeto nos diferentes espaços, terrenos, pista de atletismo do IEFES; nadar com olhos vendados e com pernas ou braços amarrados para simular deficiências motoras, além da vivências de modalidades como goalball e basquete em cadeira de rodas e desta forma, os bolsistas do projeto puderam vivenciar as dificuldades e potencialidades que as pessoas com deficiência encontram para o desenvolvimento das atividades desportivas, e assim ter uma maior perspectiva para a criação de estratégias de ensino que favoreçam a aprendizagem.

Nos treinos de basquete em cadeira de rodas é comum a participação de bolsistas no treinamento e no jogo coletivo, e essa troca de conhecimentos e experiências se deu tanto entre os professores e bolsistas como entre estes e as alunos/atletas. Desta forma, segundo Tardif (2002) apud Silva, Neto e Drigo (2009), a relação entre os professores e os saberes que devem ter não pode estar apenas vinculada à transmissão de conhecimentos, pois, na prática, há uma integração de



vários outros saberes que se constituem do saber docente. Esse saber é um saber plural, por exemplo, pessoal, oriundos da família, da formação profissional, o disciplinar, o curricular e o da experiência. Com os atletas podemos adquirir conhecimentos empíricos que só a prática nos permite obter; nesses casos: formas mais eficientes de controlar a cadeira e não se machucar (por exemplo, evitar as lesões dos dedos nos raios e queimar as mãos nos aros/pneus). Essas experiências têm demonstrado a relevância dessa aproximação com o aluno e a valorização do feedback recíproco, antes, durante e após as atividades enquanto ferramenta para a busca do sucesso no processo educacional.

Outro ponto importante de se observar, é que quanto mais se convive com pessoas com deficiências, menos essas deficiências são notadas e passamos a compreender que muitas das tarefas que pensávamos impossíveis na verdade não o são. Talvez necessite apenas um pouco mais de empenho na elaboração de estratégias de ensino para adequar as peculiaridades de cada participante. Em nossas vivências com as atletas do basquete em cadeira de rodas, percebemos que as dificuldades que imaginávamos que os atletas teriam para se deslocar durante o jogo não existem, o deslocamento com cadeira de rodas chega, muitas vezes, a ser mais rápido que o deslocamento dos andantes. No entanto, é claro que cada atleta tem sua individualidade, e devemos atentar para as características de cada uma, uma vez que, o basquete agrupa em um mesmo time, obrigatoriamente, pessoas com níveis diferenciados de comprometimento motor.

As pessoas que observam um cadeirante na rua, o veem, em geral, como um coitadinho, um incapaz, como uma pessoa triste, no entanto, o que observamos em nossas vivências no LAMAPA é que estes, assim como qualquer pessoa, tem capacidade de ser um vencedor ou um perdedor naquilo a que se propõe fazer, tudo é uma questão de escolha e de oportunidades. Durante os treinos, bolsistas/treinadores e atletas se divertem jogando juntos, competindo seriamente para vencerem a partida (e por sinal os bolsistas sempre



perdem quando ousam jogar contra as atletas da equipe), os atletas com deficiência como todo mundo, tem seus problemas a resolver e dificuldades a superar.

Ao longo desse período em que estamos atuando como professores, instrutores e técnicos desenvolvemos mais segurança para realizar nossas atividades e melhor atender as necessidades de cada aluno. Quando iniciamos nossa participação no projeto de natação adaptada, estávamos bem receosos de não conseguirmos atingir as expectativas que tínhamos em relação ao projeto e a nós mesmos. Para sabermos quais procedimentos poderiam ser adotados e de que forma nós deveríamos desenvolver as potencialidades dos alunos e também conhecê-los melhor, assistimos algumas aulas de natação adaptada desenvolvidas no LAMAPA antes de iniciar o projeto. Além disso, no grupo de estudos GEAMA, as práticas de simulação das deficiências, de manobras que poderiam ser adotadas para as entradas e saídas da piscina e de técnicas que poderíamos utilizar durante as aulas foram de grande valia.

Inicialmente, apenas observávamos e a primeira oportunidade de atuar surgiu no dia em que uma das bolsistas mais experientes na natação, estava impossibilitada de

comparecer na aula devido a problemas de saúde e pediu para que nós a substituíssemos. Então fomos, mas estávamos tão inseguras que o outro bolsista resolveu nos orientar e direcionar as atividades de fora da piscina enquanto nós ficamos dentro juntamente com a aluna. No final deu tudo certo! A partir desse dia começamos a atuar como docentes nesse projeto. Atualmente, procuramos perceber as necessidades dos alunos para podermos direcionar as atividades de melhor forma para que permitam ao aluno desenvolver aspectos como autonomia e confiança dentro e fora da piscina.

A relação aluno-professor está sendo construída baseada em confiança, competência (observada pela melhoria de desempenho e performances motoras e de resultados em competições) e afetividade, em que os alunos compartilham de suas histórias de vida e nos contam seus dramas e realizações.

Referências

- Mauerberg-deCastro, E. (2011). *Atividade física adaptada* (2ª ed.). Novo Conceito: Ribeirão Preto, 2011.
- Silva, C. da; Neto, S. de S.; Drigo, A. J. (2009). Os professores de Educação Física Adaptada e os saberes docentes. *Motriz*, 15 (3), 481-492.

Nota sobre os autores

Camila Camelo Andrade; Jessica Souza de Freitas e Gleidson Oliveira Ferreira são graduandos do Curso de Educação Física do Instituto de Educação Física e Esportes/IEFES, da Universidade Federal do Ceará. São membros do Laboratório de Atividade Motora Adaptada/ LAMAPA

Adriana Inês de Paula é docente responsável pela área de educação física adaptada do Instituto de Educação Física e Esportes/IEFES, da Universidade Federal do Ceará e coordenadora do Laboratório de Atividade Motora Adaptada/ LAMAPA Email de contato: depaula@ufc.br



Atividade Motora Adaptada no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Elisângela Santana dos Santos
Elisângela da Silva Pindobeira
Alex Almeida da Silva
Ana Paula Vieira Dias
Danilo Andrade de Almeida
Urânia Andrade Fonseca
Paula Cristina S. Silva
Marcia Cozzani
Cíntia Mota Cardeal

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

O Programa de Atividade Motora Adaptada (PROAMA) é um projeto de extensão que teve início em agosto de 2010, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB). A proposta do projeto é dar oportunidade aos futuros professores de educação física para terem a experiência em ensinar os conteúdos específicos da educação física aos alunos com e sem deficiência em um contexto educacional inclusivo (Cozzani, 2010).

De acordo com o censo de 2000, cerca de 24,6 milhões de pessoas apresentavam algum tipo de deficiência o que representava 14,5% da população brasileira. A região Nordeste é a que apresenta o maior percentual de pessoas com deficiência (16,8%). Estimativas atualizadas do IBGE

apontam que em 2010 quase 25% da população brasileira relatou ter algum tipo de deficiência. Embora a parcela da população com algum tipo de deficiência seja cada vez mais expressiva, ainda são poucos aqueles que conseguem ter acesso à prática de alguma atividade física. Ainda que os resultados obtidos por atletas Paralímpicos em diversas competições tenham colocado o esporte e as atividades físicas adaptadas em evidência na mídia, boa parte do público e dos profissionais da área de educação física ainda carece de conhecimentos acerca das possibilidades de intervenção para a aprendizagem de indivíduos com deficiência nas escolas regulares.

A atividade física e o esporte adaptado no ensino público e privado ainda é um assunto que causa muito desconforto aos professores que, em grande maioria, sentem-se despreparados para a inclusão de pessoas com deficiência. De acordo com Teixeira e Ribeiro (2006), a ausência de orientações teóricas e práticas na sua formação acadêmica, a escassez de material bibliográfico, o desconhecimento sobre a deficiência e sobre o esporte adaptado, dificuldade de intercâmbio, barreiras arquitetônicas, a não-participação em cursos de aperfeiçoamento ou, até mesmo, o fato de nunca terem tido contato com uma pessoa com deficiência na vida pessoal, podem ser consideradas como justificativas às dificuldades em atender, nas aulas de educação física no ensino regular, a alunos com deficiência.

O curso de licenciatura em educação física da UFRB/CFP foi criado em 2010 e a preocupação com a inserção no contexto escolar de pessoas com deficiência desafia os cursos de formação de professores a estruturar o projeto pedagógico e





a organização curricular que contemplem tal realidade e público. A formação dos professores deve orientar ao trato com os conteúdos específicos da educação física e que as experiências com o "outro" e com as diferenças seja considerada no contexto escolar. As diferenças de linguagem, de capacidade motriz e sensorial são algumas das diferenças que devem ser consideradas no contexto da aprendizagem. Os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Amargosa entre setembro de 2009 e abril de 2010 apontam a matrícula de 103 pessoas com deficiência na educação básica nos diferentes níveis de ensino nessa cidade do recôncavo baiano.

A educação física enquanto um componente curricular da escola deve ser atuante no movimento de educação inclusiva (Rodrigues, 2003). A educação física pode contribuir para o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular ao atender às necessidades dos alunos e, sobretudo, respeitar as características peculiares dos mesmos e seu potencial para a aprendizagem (Cozzani, 2010). O objetivo do projeto de extensão é promover um programa diversificado de atividades físicas adaptadas às pessoas com deficiências



da comunidade e discutir o impacto das práticas de inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física. Ainda, promover a estimulação motora em crianças da educação infantil e ensino fundamental e capacitar alunos dos cursos de licenciatura em educação física e pedagogia para atuar no campo da estimulação sensorial e perceptivo-motora numa perspectiva inclusiva.

As atividades do projeto

As aulas são desenvolvidas duas vezes por semana com duração de 90 minutos. Participam do projeto alunos das escolas públicas do município de Amargosa com deficiência intelectual, física e sensorial e também alunos sem deficiência de idade emparelhada. Neste contexto, priorizou-se como metodologia de ensino a utilização da estratégia de tutoria no contexto da aprendizagem. A proposta de tutoria consiste em valorizar a cooperação mútua entre os alunos e o respeito às diferenças individuais (Mauerberg-deCastro, 2011).

No contexto das aulas de educação física o tutor se torna, ainda que momentaneamente, um auxiliar do outro na aprendizagem em um contexto dinâmico que o leva a experimentar níveis diferentes de habilidades motoras e de desafios com as diferenças de comunicação e linguagem, de percepções dos próprios limites corporais e dos limites corporais do outro.

Objetivos específicos do projeto

- Estimular o desenvolvimento de habilidades motoras básicas com ênfase nos aspectos de controle postural e comportamento atencional;
- Promover através das vivências corporais e da aprendizagem motora oportunidades para incluir crianças com deficiência no ensino regular;
- Estimular o desenvolvimento e a aprendizagem motora a



partir da ginástica, jogos, brincadeiras e atividades rítmicas em crianças da educação infantil e fundamental numa perspectiva inclusiva;

- Observar o comportamento perceptivo-motor dos participantes do projeto e desenvolver um instrumento de avaliação para o acompanhamento de crianças com atrasos no desenvolvimento.

Em dois anos de projeto os resultados observados nos diferentes domínios do comportamento dos participantes são expressivos. No domínio motor foi observada melhora nos níveis de coordenação e controle de movimentos em habilidades motoras básicas em participantes com deficiência motora e intelectual. Ainda, aspectos relacionados à comunicação e a sociabilidade entre os participantes com e sem deficiências tiveram grande destaque na avaliação dos resultados alcançados pelo projeto até o presente momento.



Referências

Cozzani, M. (2010). Atividades físicas Adaptadas para crianças com deficiência. O uso da estratégia de tutoria com alunos de ensino fundamental em ambiente inclusivo. *Projeto de Extensão apresentado ao Centro de Formação de Professores - CFP, UFRB.*

Mauerberg-deCastro, E. (2011). *Atividade física adaptada.* Ribeirão Preto: Novo Conceito.

Rodrigues, D. (2003). A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista de Educação Física UEM*, 14, 1.

Teixeira A. M. F.; Ribeiro S. M. (2006). *Manual de Orientação para Professores de Educação Física (Basquete em Cadeiras de Rodas).* Comitê Paraolímpico Brasileiro. Brasília - DF.

Nota sobre as autoras

Elisângela Santana dos Santos, Elisângela da Silva Pindobeira, Alex Almeida da Silva, Danilo Andrade de Almeida, Urânia Andrade Fonseca, Paula Cristina S. Silva são estudantes do curso de licenciatura em educação física do Centro de Formação de Professores/CFP da UFRB.

Ana Paula Vieira Dias é estudante do curso de pedagogia do Centro de Formação de Professores/CFP da UFRB.

Marcia Cozzani e Cíntia Mota Cardeal são coordenadoras do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora - DAMA.

Marcia Cozzani é professora Adjunta do CFP da UFRB, doutora em ciências da motricidade humana.

Cíntia Mota Cardeal é professora Assistente do CFP da UFRB, mestre em educação física.

E-mail: mvcozzani@hotmail.com



Em Busca da Inclusão na Educação Física Adaptada Um Relato de Experiência

Erenildo do Nascimento de Souza
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza



Quando tudo começou

Meu nome é Erenildo do Nascimento de Souza. Tenho 23 anos e sou natural de Fortaleza, CE. Moro com meus pais, tenho quatro irmãos e sou único na família com deficiência visual. Segundo Laplane e Batista (2008), a cegueira ocorre quando a visão varia de zero (ausência de percepção de luminosidade) a um décimo na escala optométrica de Snellen, ou quando o campo visual é reduzido a um ângulo menor que

20 graus. Entretanto, além dos termos técnicos e das medidas de acuidade visual é importante entender que entre as pessoas com baixa visão e cegueira podemos encontrar situações muito diferentes. Algumas dessas pessoas terão autonomia na locomoção e outras deverão desenvolver estratégias para atingi-la; algumas poderão realizar as tarefas escolares com pouca dificuldade, sem qualquer auxílio, e outras necessitarão de auxílios como lupas ou telescópios para melhorar seu desempenho; algumas conseguirão utilizar materiais visuais e outras preferirão os materiais táteis (sistema Braille de

escrita) ou auditivos.

Eu comecei a perder a visão aos sete anos de idade, após uma reação alérgica que tive a um medicamento, o Benzetacil. Aos 16 anos eu percebi que eu precisava da bengala para me locomover. Hoje com 23 anos eu ando com a bengala, escrevo e leio em Braille e preciso de um programa de voz para usar meu notebook e escrever esse texto. A visão é, sem dúvidas, um sentido importante, mas é necessário que as pessoas compreendam que sua ausência não limita o desenvolvimento.

Eu fui uma criança muito ativa, brinquei de pipa, soltei pião, lógico que tudo dentro de minhas possibilidades. Entretanto foi preciso o investimento na comunicação de forma consciente para que eu pudesse enxergar essas possibilidades. De fato, desde o momento que comecei a ficar cego, tive que me adaptar a uma nova forma de vida, 'enxergar' com os outros sentidos.

É pouco comum pessoas que tem deficiência relatar sobre suas experiências, tanto no esporte quanto na sua vida pessoal. Isso se deve, talvez, à falta de incentivo ou de meios acessíveis para tal. Portanto acredito que esse relato de experiência sobre a atividade física para uma pessoa com deficiência visual irá contribuir tanto para os profissionais da área de educação física quanto estimular outras pessoas com deficiência a escrever.

Quando tive a reação alérgica que comprometeu meu sistema visual, eu comecei a fazer o tratamento oftalmológico no Instituto dos Cegos na cidade de Fortaleza, onde resido. Como eu não conseguia mais ver o que tinha escrito na lousa da escola regular, minha mãe me matriculou nesse instituto que até hoje tem uma escola para pessoas com deficiência visual. Passei lá uns oito anos, boa parte da minha infância e adolescência. Minhas primeiras vivências com a atividade adaptada aconteceram nessa escola. Os jogos eram adaptados, as peças do jogo de damas, por exemplo, eram marcadas com velcro e outras não para diferenciar quais eram as minhas e quais eram as do meu oponente. Algumas vezes assistíamos a filmes e a professora descrevia algumas partes.



DePaula



DePaula

Na biblioteca tanto havia livros em Braille ou em áudio quanto livros sem nenhuma adaptação, pois na escola também podiam estudar alunos que não eram cegos, apesar de serem poucos. As aulas de educação física baseavam-se em exercícios estáticos como polichinelo, flexão, abdominais, alongamento e em práticas com bola com quizzes ou caminhadas. As atividades eram bem orientadas para pessoas com deficiência visual, mas isso já era o esperado visto que a maioria dos alunos era cega ou tinha baixa visão. Entretanto, isso não ocorreu na escola de ensino regular.

O ensino regular

Segundo a Organização Mundial de Saúde, na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), as pessoas com deficiência têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social. Apesar de saber que a educação e o lazer são direitos meus, há uma distância muito grande entre o que está escrito no papel e o que de fato acontece.

Aos 16 anos comecei uma nova fase na minha. Eu tive que sair do Instituto dos Cegos porque, na época, não tinha o ensino fundamental completo, só tinha até a sexta série e ensino médio.

De início foi muito complicado, pois eu era o único da escola com deficiência. Eu sentia que todos me tratavam diferente. Ao passar, os alunos ficavam em silêncio ou riam, mas o maior impacto que tive foi quando os professores me pediam para eu tirar os óculos na sala de aula. A condição e o despreparo da escola ao receber um aluno com deficiência visual era notável. Não me admirava em ser o único com deficiência a estudar lá. Pior que essa realidade existe muito em outras escolas. Eu não via inclusão. Costa e Sousa (2004)



dizem que antes das tendências integracionistas, a educação caminhou de forma separada da educação especial. A visão que se estabelecia sobre deficiência era de que estava vinculada à doença; transmitia a ideia da incapacidade do aluno com deficiência aprender como os demais alunos. Isso era notável até nas aulas de educação física que eu me recusava a fazer sem nenhum esforço. As aulas de educação física eram divididas entre teóricas e práticas. Geralmente eu não participava das aulas práticas, pois além de não ter material, o professor não criava estratégias que facilitassem eu participar das aulas. Isso fez com que eu ficasse desestimulado com a educação física escolar. Segundo os mesmos autores, a falta de informação sobre a deficiência dentro das escolas, as dificuldades dos professores em participarem de cursos nessa área e ainda a pouca disponibilidade de eventos que propiciassem a formação dos profissionais voltados para essa temática podem ser fatores que justificam acontecimentos como os que eu citei.

Em minha opinião, para uma política de inclusão e de escola para todos ser realidade, a organização do ensino e instalação de classes com suporte educacional em Braille, a adaptação social e reabilitação são fatores essenciais. Por mais que existam leis que digam que a pessoa tem direito à educação acessível, a pessoa com deficiência, na maioria dos casos, tem que se adaptar ao meio onde vive e não o contrário. Entretanto, o diálogo e a troca de experiência foram meus aliados para que eu pudesse acompanhar o ritmo de aprendizado, tanto dentro de sala de aula como fora dela, sem atrasar ninguém.

O esporte adaptado

Eu comecei a praticar esportes porque eu queria aprender novas modalidades e também por incentivo de amigos. O primeiro esporte que pratiquei foi a natação na academia aquática. Particpei do time de futebol de cinco e tive uma pequena experiência com o goalball no Colégio Gustavo Barroso. Logo depois passei para o atletismo na Universidade Federal do Ceará (UFC) onde permaneço até hoje. Também



estou praticando judô na UFC e karatê no projeto Saber Viver na cidade de Fortaleza.

Dentro desses sete anos no esporte tive várias participações em campeonatos estaduais, regionais e etapas nacionais, nos quais obtive bons resultados principalmente no atletismo que me deu oportunidade de viajar para outros estados como São Paulo, Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia entre outros. Mas dentre essas experiências que o esporte proporciona de conhecer novos locais e sentir o calor de uma competição, acredito que nada é mais importante que mostrar para grande parte da sociedade que cada um de nós, os que têm algum tipo de deficiência, somos capazes de levar uma vida "normal".

Referências

- Laplane, A. L. F.; Batista, C. G. (2008). Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. *Cad. Cedes, Campinas*, 28 (75), 209-227.
- Brazuna, M. R.; Mauerberg-deCastro, E. (2001). A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento. uma revisão da literatura. *Motriz*, 7 (2), 115-123.
- Costa, A. M.; Sousa, S. B. (2004). Educação física e esporte adaptado: história, avanços, retrocessos, em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas*, 25 (3), 27-42.

Nota sobre o autor

Erenildo do Nascimento de Souza
E-mail: nildo150589@hotmail.com

Agradecimentos

À Raíssa Forte Pires Cunha, pelo apoio na preparação deste artigo.

Equomandala

Projeto de Extensão Universitária no Interior de São Paulo

Débora Gambary Freire
Fernanda Carolina Toledo da Silva
Vanessa Fernandes
Universidade Estadual Paulista, Bauru

Adriana Inês de Paula
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

Marli Nabeiro
Universidade Estadual Paulista, Bauru

Conceituando...

A equoterapia surgiu em 1989 no Brasil, com a fundação da Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-Brasil), que coordena e normatiza a prática da terapia com cavalo no país, conceituando-a como:

um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar aplicada nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com necessidades especiais. (Ande, p. 14, 2007)

No ano de 1997, o Conselho Federal de Medicina, após comprovar os resultados favoráveis do uso da equoterapia como intervenção terapêutica, reconhece esta como uma técnica eficaz e interdisciplinar, que auxilia nas áreas de equitação, saúde e na educação (Toigo et al., 2008).

O cavalo é o agente terapêutico e produz benefícios aos praticantes devido ao movimento tridimensional do seu dorso gerado pelo passo—andadura mais ritmada e cadenciada do cavalo (Uzun, 2005)—realizado durante toda a sessão equoterápica. Segundo Medeiros e Dias (2008), o passo possui uma frequência que é definida pela velocidade e comprimento das passadas: transpistar, sobrepistar e antepistar que respectivamente indicam baixa, média e alta frequência por apresentar passadas longas, médias e curtas.

Ao passo, o cavalo produz o movimento tridimensional que:

se traduz, no plano vertical, em um movimento para cima e para baixo; no plano horizontal, em um

movimento para a direita e para a esquerda, segundo o eixo transversal do cavalo; e um movimento para frente e para trás, segundo o seu eixo longitudinal. (Wickert, 2007, p.21)



Figura 1

A equoterapia gera benefícios físicos, sociais e psicológicos ao praticante. No contato entre praticante e cavalo, ocorre a vinculação, processo importante na terapia proposta, uma vez que se criam afetos, empatia e com isso a atuação mútua. O novo setting terapêutico, local onde se a Equoterapia, o novo estímulo e o cavalo funcionam como um ambiente favorecedor a novos aprendizados com valores reforçados positivos ao participante (Cortegoso & Botomé, 2002; Skinner 2003; Lermontov, 2004; Toigo et al., 2008).



Figura 2

Além disso, a equoterapia traz benefícios no processo de inclusão que, segundo Brito (2006), trabalha de maneira interdisciplinar com a criança inserida na rede regular de ensino e traz momentos lúdicos ao praticante facilitando o aprendizado e melhorando o desempenho pedagógico. Não se deve deixar de lado, porém, o acompanhamento familiar com a escola, unindo equoterapia, família e escola.

A equoterapia tem se mostrado eficiente a todos os participantes, englobando desde os que possuem alguma patologia específica, síndromes diversas, alguma limitação física, motora, algum transtorno psicossocial ou ainda àqueles que querem praticar equoterapia apenas pelo processo terapêutico em si. Os benefícios, como já destacados, incluem as melhoras motoras, posturais, emocionais e sociais, como por exemplo, ao indivíduo com paralisia cerebral, propiciando benefícios como melhora dos padrões motores e conseqüentemente a otimização do desempenho funcional e do alinhamento postural (Valdiviesso, Cardillo & Guimarães, 2005).

Nasce o projeto equomandala...

Considerando os benefícios desta terapia, em 2008 iniciou-se o projeto de extensão universitária Equomandala, realizado

por duas instituições de ensino superior de Bauru, Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Faculdades Integradas de Bauru (FIB).



Figura 3

A universidade utiliza projetos de extensão como estratégia de formação profissional, onde os graduandos têm a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos aprendidos. Possibilita ainda, uma atuação com supervisão e reavaliação da mesma, fazendo um ciclo com planejamento, execução e avaliação das atividades. Neste processo os alunos buscam conhecimentos em pesquisas realizadas na área. Para que isso se efetue é necessário o apoio da comunidade, através da participação da mesma. O que possibilita ampliar a formação dos profissionais atuantes nesta área e divulgar as informações resultantes destes trabalhos, formando, portanto um corpo de conhecimentos específicos.

No Brasil a equoterapia encontra-se em processo inicial de desenvolvimento em algumas áreas como da saúde e da educação.

O profissional de educação física auxilia no desenvolvimento do praticante através de atividades físicas. Na educação, a equoterapia auxilia no processo de inclusão do praticante, trabalhando interdisciplinarmente com a criança inserida na rede regular. O acompanhamento da família e da escola é imprescindível para o desenvolvimento da criança, sendo as melhorias proporcionadas a ela resultantes da interação família, escola e equoterapia.

Como tudo acontecia...

O projeto teve como objetivo prestar atendimento terapêutico à comunidade oferecendo uma atividade motora que promova o desenvolvimento dos aspectos neuropsicomotor com o auxílio do cavalo. Além disso, desenvolver pesquisas e oportunizar a formação profissional através das vivências com as técnicas da equoterapia.



Figura 4

Os praticantes eram recrutados da comunidade, e para sua participação no projeto era solicitado que o mesmo ou responsável assinasse, após a leitura, o termo de consentimento livre e esclarecido e que apresentasse um atestado médico. Inicialmente era realizada uma anamnese e periodicamente avaliações do desenvolvimento neuropsicomotor.

A dinâmica encontrada pelo grupo seguiu o padrão estabelecido pela ANDE, porém, foram feitas adequações em função do local e recursos como, por exemplo, a utilização de um redondel para a realização das atividades.

O projeto desenvolveu dois programas terapêuticos, hipoterapia e educação/reeducação. O programa hipoterapia baseia-se na reabilitação do praticante, caracterizando-se pela dependência do mesmo; já o programa educação/reeducação caracteriza-se por maior autonomia do praticante, visando educação através de conteúdos pedagógicos.



Figura 5

O grupo de trabalho era composto por uma equipe multidisciplinar, na qual fizeram parte, profissionais de educação física e fisioterapia e graduandos de educação física, fisioterapia e psicologia.

As sessões eram realizadas semanalmente, com duração média de 40 minutos, eram divididas em três fases, como destacam Medeiros e Dias (2008): aproximação, montaria e desfecho. A primeira fase, aproximação, dá-se pela vinculação afetiva entre o paciente e o animal por meio de atividades que criem confiabilidade como alimentar e encilhar o cavalo; segunda fase, montaria, é caracterizada como o momento central da terapia, desenvolvendo as atividades específicas de cada praticante; terceira fase, desfecho, consiste na fase de separação com atividades que encerrem a sessão, como direcionar o animal à baía e desencilhá-lo.

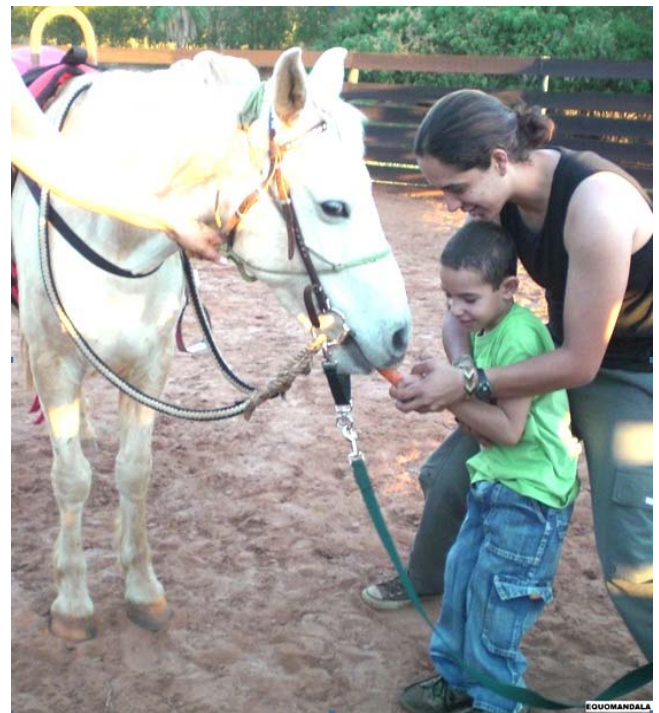


Figura 6

Os praticantes atendidos no projeto equomandala tinham diferentes deficiências diagnosticadas, tais como distúrbio emocional, deficiência visual, paralisia cerebral, distúrbio do déficit de atenção ou ainda diagnóstico não conclusivo, somando o total de sete praticantes.

As atividades eram planejadas em função dos tipos de deficiências e dos objetivos das sessões. Os equipamentos e materiais utilizados foram: manta com ou sem cilhão, diferentes tipos de sela, rédeas, estribos, obstáculos (balizas e tambores), bolas, bastões e materiais pedagógicos. Além disso, as posições dos praticantes sobre o cavalo eram modificadas durante a sessão variando as mesmas em sentado de frente,



Figura 7a



Figura 7b

Resultou em...

O projeto Equomandala proporcionou aos graduandos e aos praticantes resultados positivos. Os graduandos tiveram a oportunidade de relacionar os conhecimentos da teoria com a experiência prática a partir do planejamento, execução e avaliação dos programas desenvolvidos com cada praticante e a partir das investigações sobre esta prática. Os praticantes tiveram progressos nos aspectos motores, emocionais e sociais. A participação dos mesmos foi motivada pela referência positiva sobre os resultados desta terapia, além de ser uma atividade gratuita e vinculada à universidade.

Durante o período de desenvolvimento do projeto, algumas pesquisas foram desenvolvidas, dentre estas, duas monografias e onze trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais, publicação de um capítulo de livro (Mauerberg-deCastro & Nabeiro, 2011), premiação entre os melhores trabalhos em evento científico.

Pesquisas desenvolvidas no projeto

Pesquisa 1

Como citado anteriormente, o projeto Equomandala caracteriza-se como extensão universitária. A universidade, por sua vez, prioriza ensino, pesquisa e extensão. Com o objetivo de desenvolver a pesquisa no projeto, foram realizadas algumas pesquisas a partir de estudos menores que foram divulgados na área acadêmica.

Inicialmente foi realizado um estudo caracterizando os praticantes que estavam sendo atendidos no período do estudo. Esses praticantes possuíam características diferentes e recebiam atendimento de acordo com suas necessidades. Foram caracterizados quatro praticantes, e foram encontrados resultados de acordo com os programas desenvolvidos com cada um deles.

O primeiro praticante tinha dez anos e não possuía quadro clínico conclusivo. O programa desenvolvido com este praticante foi hipoterapia e foram desenvolvidas atividades visando controle de tronco, diminuição dos reflexos patológicos e diminuição da hipotonia. Foram observadas diferenças quanto aos reflexos patológicos, melhor controle de tronco, equilíbrio, coordenação motora e diminuição do padrão patológico (diminuição da hipotonia).



Figura 8

A segunda praticante tinha doze anos, possuía distúrbio emocional, e o programa desenvolvido com ela foi educação/reeducação, concentrando-se no desenvolvimento da autoconfiança, autoestima, aprendizagem e relacionamento interpessoal. O resultado do programa com essa praticante foi a superação da dificuldade de aproximação com o cavalo.

O terceiro praticante tinha doze anos, deficiência visual e estava matriculado no ensino fundamental de uma escola regular. Ele era participante do programa educação/reeducação, que visava desenvolver maiores interesses pelas atividades escolares dele. Foram observadas melhoras no

relacionamento com familiares, na execução de atividades que exigem equilíbrio e coordenação motora e na utilização do Braille.

A quarta praticante tinha seis anos, e possuía diagnóstico de paralisia cerebral espástica dipléica. O programa desenvolvido foi hipoterapia e visava controle motor e equilíbrio da praticante, alcançando evoluções no alinhamento postural e nas interações com o terapeuta e com o animal.

Com o desenvolvimento do projeto e com este pequeno estudo, foi possível notar a capacidade de aprendizagem dos praticantes e analisar diferenças no comportamento físico dos praticantes, sendo observadas evoluções posturais, coordenação motora, equilíbrio.

Pesquisa 2

Um estudo foi realizado a partir do desenvolvimento do programa focando dois praticantes, os quais foram sujeitos de duas pesquisas que resultaram em trabalhos de conclusão de curso. Este estudo descreveu resumidamente as duas pesquisas:

O estudo da primeira pesquisa tratou-se de uma praticante de seis anos de idade com diagnóstico de paralisia cerebral espástica dipléica. Foram realizadas 10 sessões de equoterapia, uma vez por semana, com duração de 30 minutos. Este estudo procurou avaliar qualitativamente o desempenho de habilidades motoras e aspectos afetivos, através de uma lista de checagem que possibilitou uma avaliação longitudinal da postura, interação praticante-terapeuta, interação praticante-animal e estados de ânimo da participante. A partir das filmagens das sessões foi realizada uma avaliação e classificação da performance da praticante, encontrando resultados evolutivos no alinhamento postural e nas interações da praticante.



Figura 9

No estudo da segunda pesquisa, buscou-se utilizar a equoterapia juntamente com a educação física inclusiva para desenvolver maiores interesses pelas atividades escolares. Tratou-se de um praticante de treze anos, com apresenta deficiência visual, matriculado na 4ª série do ensino fundamental de uma escola regular. As sessões foram realizadas às segundas-feiras no período da manhã e houve o registro por meio de filmagens, fotografias e observações sistemáticas. Foi realizada uma entrevista com a mãe e as professoras do praticante, seguida de uma estratégia na tentativa de aumentar o envolvimento escolar do praticante, que requeria que o praticante levasse às sessões, relatos, em Braille, sobre os acontecimentos escolares. Logo após foi realizada segunda entrevista com a mãe do praticante sendo possível, a partir dos relatos da mãe e das professoras e das filmagens e observações das sessões, perceber melhoras no relacionamento familiar, na execução das atividades que exigissem equilíbrio e coordenação motora, e na utilização do Braille.

Neste estudo foi possível considerar que os dois estudos das pesquisas permitiram observar melhora na capacidade de aprendizagem do praticante de treze anos relacionada à mudança de ambiente (casa e/ou escola - ambiente equoterápico), e melhora qualitativa na postura e nos comportamentos interativos e emocionais da praticante de seis anos ao longo das sessões de equoterapia.

Pesquisa 3

Uma pesquisa foi realizada durante o desenvolvimento do Projeto de Extensão, que finalizou em um trabalho de conclusão de curso "Influência da equoterapia no desempenho de habilidades motoras em criança com paralisia cerebral - um estudo de caso" (Freire & Macedo, 2009). A partir desta pesquisa foi realizado um pequeno estudo com o objetivo de avaliar quantitativamente e qualitativamente o desempenho de habilidades motoras e aspectos emocionais de uma criança praticante do projeto.

O caso em estudo foi com uma criança de seis anos de idade, do sexo feminino, com diagnóstico de paralisia cerebral espástica dipléica. A praticante participou de dez sessões de equoterapia, uma vez por semana, com duração de 30 minutos. Para avaliação quantitativa foi utilizado o teste Gross Motor Function Measure (GMFM) que foi aplicado antes da praticante iniciar a equoterapia e após as dez sessões, possibilitando mensurar as mudanças nas atividades motoras da praticante. Na avaliação qualitativa foi elaborada uma lista de checagem a fim de analisar as sessões por meio das filmagens, envolvendo a avaliação da postura, interação praticante-terapeuta, interação praticante-animal e estados de ânimo.

Os dados obtidos nos pré e pós testes do GMFM demonstraram dificuldades na motricidade grossa, em

habilidades de movimentar cabeça, membros e tronco. Os resultados obtidos na lista de checagem, pela análise das filmagens, possibilitaram constatar melhora do alinhamento postural, posicionamento da cabeça e endireitamento do tronco, a partir da terceira sessão. O desempenho da cintura escapular e cintura pélvica variaram entre os níveis: severa e moderada e o controle de tônus muscular, que apresentou nível ruim no início evoluiu para regular no final. Na avaliação do aspecto emocional no que se refere à interação: praticante-terapeuta e praticante-animal verificamos que após terceira sessão a participante respondeu aos estímulos batendo palma, aumentando o contato com o animal e diminuindo a insegurança.



Figura 10

Os resultados levam a considerar que, embora não tenham sido observadas alterações estatisticamente significativas nos dados quantitativos mensurados pelo GMFM, os dados obtidos através da Lista de checagem permitiram observar melhora qualitativa na postura e nos comportamentos interativos com o terapeuta e com o animal, bem como as manifestações emocionais ao longo das sessões e do programa de equoterapia.

Com isso foi possível considerar que o programa de equoterapia proporcionou melhora nos aspectos motores e emocionais da praticante e as utilizações dos instrumentos de investigação possibilitaram analisar a importância da equoterapia como tratamento terapêutico para indivíduos com paralisia cerebral.

Pesquisa 4

Outra pesquisa foi realizada durante o desenvolvimento do projeto de extensão, finalizando em um trabalho de conclusão de curso intitulado "A equoterapia como auxiliar do processo de inclusão do aluno com deficiência visual: estudo de caso" (Silva, 2010). Esta pesquisa foi dividida em

partes, abordando diferentes aspectos.

Os estudos menores buscaram verificar alterações ocorridas com um praticante de equoterapia do projeto que estava matriculado em uma escola estadual da rede regular de ensino da cidade de Bauru. Também objetivou-se nesses estudos avaliar o desenvolvimento do programa de equoterapia aplicado a esse praticante, e por fim, buscou-se intervir na dinâmica do processo de inclusão utilizando a equoterapia para o aluno com deficiência, pois segundo Brito (2006), a equoterapia traz contribuições para a criança inserida na rede regular de ensino, pois, há possibilidades de um novo olhar para o mundo que a rodeia, que vai além do ambiente escolar, trabalhando de maneira interdisciplinar (educação, saúde e promoção social). Além disso, os ganhos das funções motoras, promovidas pela movimentação do cavalo, "implicarão no desempenho pedagógico da criança" (Brito, 2006, p.6) mostrando a equoterapia como "uma atividade coadjuvante na vida escolar da criança especial" (Brito, 2006, p.6).

Estes estudos foram realizados com um praticante de equoterapia do sexo masculino, nascido em 1997, com deficiência visual adquirida aos quatro anos. As sessões eram realizadas às segundas-feiras no período da manhã e tinham a duração média de 50 minutos, dividindo-se em 20 minutos nas fases de aproximação e desfecho e 30 minutos na fase de montaria. Além disso, o programa desenvolvido para este praticante era o "educação/reeducação" no início e posteriormente no "pré-esportivo".

Para atingir os objetivos propostos nestes pequenos estudos, foram realizadas entrevistas com a mãe e as professoras do praticante, resultando em relatos diferentes sobre o mesmo. A mãe relatou alterações emocionais, nas relações familiares do praticante após o início do projeto, já as professoras relataram não haver nenhuma alteração, havendo continuidade excessiva de faltas e desinteresse nas atividades escolares, por parte desse aluno, participante do projeto.

Na tentativa de aumentar os interesses escolares desse praticante, iniciou-se uma estratégia nas sessões de equoterapia, a qual requeria que o praticante registrasse (em Braille) e levasse às sessões os acontecimentos da rotina escolar semanal. Inicialmente o praticante levava os registros, mas depois esquecia-se de levar. A estratégia, então, foi alterada, foi pedido que o praticante contasse, na própria sessão o que foi realizado na escola durante a semana. Além disso, também foram realizadas conversas durante as sessões para mostrar a importância da escola e incentivar o aluno a frequentar as aulas e a participar das atividades escolares.

Ainda tentando alcançar os objetivos dos estudos, foi realizada segunda entrevista com a mãe do praticante, buscando confirmar envolvimento e interesse do praticante na escola. Foi relatado pela mãe, que o aluno frequentava as aulas e realizava as atividades.

Após os relatos da mãe, a pesquisadora compareceu



Figura 11

semanalmente à escola, permitindo maior contato com as professoras e com a rotina escolar do aluno/praticante. Com isso, foi possível inverter a estratégia de levar os acontecimentos escolares às sessões de equoterapia, pois a pesquisadora levava atividades que envolviam a equoterapia à escola, que eram trabalhadas com a professora na sala de recursos. Isso também permitiu constatar contradição no segundo relato da mãe com o envolvimento do aluno/praticante na escola, ou seja, foram verificadas as faltas semanais do aluno na escola, e as informações transmitidas pelas professoras era da continuidade na falta de interesse nas atividades escolares.

Além dos aspectos escolares, também foram verificadas alterações no desempenho motor do praticante nas sessões. A partir da análise dos registros diários das sessões (fichas diárias) foi encontrado progresso na realização das atividades.

Com a realização destes pequenos estudos foi possível



Figura 12

chegar a algumas considerações. O desenvolvimento do projeto de equoterapia revelou mudanças nas relações familiares, progressos no desempenho motor e, em menor proporção, mudanças no envolvimento escolar. A inclusão que se espera, porém, não depende apenas de uma intervenção (no caso a equoterapia), mas depende de outros fatores para que as alterações sejam satisfatórias no envolvimento escolar do praticante.

Concluindo...

A equoterapia tem se mostrado uma terapia dinâmica e motivante para os praticantes e excelente ambiente de formação e capacitação profissional. Sendo assim, fica clara a importância da equoterapia para os praticantes, os graduandos e a comunidade. Portanto, é possível constatar que a equoterapia, ligada ao projeto de extensão universitária traz benefícios para a comunidade, oferecendo o auxílio através das práticas terapêuticas; para o praticante, melhorando alguns de seus comportamentos; e para o graduando envolvido, trazendo experiência e conhecimento através das pesquisas.

Referências

- Ande - Brasil (2007). *Curso básico de equoterapia*. Associação Nacional de Equoterapia, Brasília.
- Brito, M. C. G. (2006). *As contribuições da equoterapia na educação inclusiva*. Faculdade Unime, Bahia. Disponível em <http://www.equoterapia.org.br/trablho_ver.php?indice=65>. Acesso em: 10/abr/2009.
- Cortegoso, A.L. & Botomé, S.P. (2002). Comportamentos de agentes educativos como parte de contingências de ensino de comportamentos ao estudar. *Psicol. cienc. prof.*, 22 (1).
- Freire, D. G. & Macedo, G. C. (2009). *Influência da equoterapia no desempenho de habilidades motoras em criança com paralisia cerebral - um estudo de caso*. Monografia apresentada nas Faculdades Integradas de Bauru - FIB Bauru.
- Lermontov, T. (2004). *A psicomotricidade na equoterapia*. Aparecida: Idéias e Letras.
- Medeiros, M. & Dias, E. (2008). *Equoterapia: noções elementares e aspectos neurocientíficos*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Mauerberg-deCastro, E. & Nabeiro, M. (2011). Formas alternativas de intervenção. In: Mauerberg-deCastro, E. *Atividade física adaptada*. Ribeirão Preto: Novo Conceito.
- Silva, F. C. T. (2010). *A equoterapia como auxiliar do processo de inclusão do aluno com deficiência visual: estudo de caso*. Monografia apresentada na Faculdade de Filosofia

e Ciências da UNESP Bauru.

- Skinner, B.F. (2003). *Ciência e Comportamento humano*. Tradução: João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi (11ªed.) São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Toigo, T.; Leal Júnior, E. C. P. & Ávila, S.N. (2008). O uso da equoterapia como recurso terapêutico para melhora do equilíbrio estático em indivíduos da terceira idade. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, 11 (3), 391-403.
- Valdiviesso, V.; Cardillo, L. & Guimarães, E. L. (2005). A influência da equoterapia no desempenho motor e alinhamento postural da criança com paralisia cerebral espástica-atetóide: acompanhamento de um caso. *Rev. Uniara*, 16, 235-241.
- Uzun, A. L. L. (2005). *Equoterapia: aplicação em distúrbios do equilíbrio*. São Paulo: Vetor.
- Wickert, H. (2007). O Cavalo como instrumento cinesioterapêutico. In: *Curso básico de equoterapia*. Associação Nacional de Equoterapia, Brasília: Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão - COEPE (pp. 20-29).

Sobre as autoras

Autor principal
Marli Nabeiro
E-mail: mnabeiro@fc.unesp.br

Iniciação da Bocha Paralímpica na Vila Olímpica do Caju, RJ. Um Relato de Experiência

Luciana Merath de Medeiros
Ana Paula Guimarães Panicé
Brenda dos Santos Argollo
Bruna Nogueira Pereira
Márcia da Silva Campeão

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica

Bruno Vieira Reglo
Romulo Albuquerque Maranhão
Vila Olímpica do Caju, Rio de Janeiro

A modalidade bocha Paralímpica

A bocha Paralímpica é um esporte adaptado a pessoas com elevado grau de comprometimento motor (utilizando-se de cadeira de rodas) em especial para pessoas com paralisia cerebral (Campeão & Oliveira, 2006). O jogo de bocha exige precisão, raciocínio e estratégia na tentativa de colocar o maior número de bolas próximas da bola-alvo, desenvolvendo habilidades específicas da coordenação motora.

A origem da modalidade ocorreu na Itália e tornou-se conhecida no Brasil sob a influência dos imigrantes. Inicialmente foi praticada no Estado de São Paulo depois se espalhou por outros Estados brasileiros, principalmente naqueles em que houve imigração italiana (Stigger & Silveira, 2004), mas existem muitas versões referentes ao surgimento da modalidade e alguns autores, entre eles, Campeão e Souza (2006), observam que provavelmente o jogo seria uma adaptação para quadra fechada do jogo italiano de boliche em grama. Nos anos 70 as pessoas com paralisia cerebral severa, ou seja, com alto grau de comprometimento motor nos quatro membros e que se utilizavam de cadeiras de rodas, também foram oportunizadas a prática dessa modalidade (Toyoshima, et al, 2006). No Brasil em junho de 1996, a Ande (Associação Nacional de Desporto para Deficientes), lançou o Projeto Boccia para pessoas com paralisia cerebral severa, em Curitiba (Campeão & Souza, 2006).

Nas regras atuais da modalidade, segundo a International Boccia Commission (IBC) - Cerebral Palsy - International Sports and Recreation Association, os jogadores são divididos em classes de acordo com o grau de comprometimento motor, sendo que em cada divisão jogam

praticantes de ambos os sexos divididos em quatro classes: BC1, BC2, BC3 e BC4, podendo ser competido individualmente, em pares ou equipes em campeonatos locais, regionais, nacionais e internacionais.

A divisão de classes entre os participantes proporciona



maior nível competitivo na medida em que os jogos são desenvolvidos com pessoas em níveis mais próximos dentro dos graus de deficiência, sendo assim o objetivo final do sistema da classificação funcional. Contudo independente das classificações na qual estão inseridos os jogadores, o objetivo do jogo é o mesmo, planejamento e estratégia na tentativa de colocar o maior número de bolas próximas da bola-alvo, desenvolvendo e aumentando, entre outras funções, a capacidade viso-motora (Campeão & Souza, 2006).

Iniciação da bocha Paralímpica

Para iniciação esportiva da pessoa com deficiência na modalidade bocha, é necessário fazer um levantamento sobre o tipo de deficiência, possibilidades de execução de movimentos (funcionalidade) assim como de suas habilidades motoras específicas, como por exemplo :

- Qual é a deficiência;
- Presença de alguma doença;
- Possibilidades de execução motora;
- Conhecimento as adaptações permitidas;
- Conhecimento das características das cadeiras de rodas (altura, modelo, etc.);
- Existência de restrição para a atividade física.

Outros fatores de suma importância para a prática educacional da modalidade são as adaptações. Na bocha Paralímpica, todos os materiais usados podem ser substituídos. As substituições podem ser feitas da seguinte forma:

- Kit de bolas oficial, por bolinhas de borracha;
- Calha ou rampa, por tubo de PVC cortado no meio;
- Demarcação da quadra com fita crepe;
- Raquete de arbitragem por papel cartão.

Além das adaptações, torna-se necessário fazer um levantamento preciso das habilidades motoras ou resíduo-motoras dos alunos para que sejam encaminhados às suas classes. Alguns testes que podem ser aplicados:

- Segurar uma bola para analisar a preensão;
- Verificar arremesso de bola a uma determinada distância;



Figura 1. Adaptado do Manual da Bocha Paralímpica.

- Movimentos de elevação lateral e frontal;
- Lançamento com o braço estendido (por cima);
- Tocar a cadeira sozinho;
- Movimentação de tronco e de membros inferiores;

O presente artigo trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é descrever a vivência obtida na iniciação da bocha Paralímpica na Vila Olímpica do Caju, RJ.

Durante a iniciação realizada com um aluno com paralisia cerebral na Vila Olímpica do Caju, foram feitos exercícios de arremesso de bola a um alvo específico, utilizando uma bola comum e uma feita de meia, parecida com a bola oficial da bocha. O objetivo do exercício foi inserir o aluno a modalidade de forma lúdica e simples, para posteriormente ser utilizado um treinamento mais específico. Os exercícios propostos foram baseados no Manual da Bocha Paralímpica, com algumas alterações.

O primeiro exercício como ilustrado na Figura 1 a seguir, foi acertar uma cesta de lixo, havendo variações da distância entre o aluno e o alvo.

No segundo exercício como ilustrado na Figura 2, foram colocados cones em diferentes posições para que o aluno derrubasse o maior número possível com a bola de meia, variando a distância e a posição do aluno em relação aos cones.



Figura 2. Adaptado do Manual da Bocha Paralímpica.

No terceiro exercício como na figura abaixo (Figura 3) foi colocado um bastão entre dois cones simulando uma barreira, para que o aluno jogasse a bola de meia por cima do obstáculo, e depois por baixo. Também nesse caso houve variação da distância do aluno em relação ao alvo.

Após os exercícios baseados no Manual da Bocha Paralímpica e feito algumas alterações de material e tipo de exercício, foram observadas algumas dificuldades iniciais encontradas no aluno tais como: percepção, baixa concentração, dificuldade em focar no alvo proposto. Através dessas observações experimentais obtidas nos exercícios, a continuidade dos treinos é essencial para uma evolução gradativa, visando à melhoria das capacidades de percepção, tática de jogo, compreensão das regras. O treinamento mais específico da modalidade pode ser feito de várias formas, e varia de acordo com o perfil funcional do atleta, ou seja, de



Figura 3. Adaptado do Manual da Bocha Paralímpica.

suas capacidades físicas e habilidades motoras.

Vila Olímpica do Caju e seu funcionamento

As vilas Olímpicas são um modelo de projeto sócio esportivo que apresenta como característica fundamental o desenvolvimento esportivo com propósito de corroborar a promoção de benefícios sociais, já que as tramas esportivas possuem a capacidade de reproduzir ações e acontecimentos que permitem a disseminação de preceitos valorativos positivos para a vida em sociedade (Zaluar, 1994; Huizinga, 2010). Caracterizando-se como um programa de ação interventiva, as vilas Olímpicas apresentam dentre outras particularidades a oferta de diversas atividades esportivas, juntamente com o desenvolvimento de atividades sociais, no entanto, o treinamento das competências sociais emergiu como prioridade a serem almejadas, dentre o universo de possibilidades apresentadas pelo esporte (Machado & Vargas, 2012).



Na cidade do Rio de Janeiro, a atuação do poder público efetivou-se no ano de 1993, a Secretaria Municipal de Esporte Lazer, SMEL. Sendo responsável unicamente pelas iniciativas envolvendo o esporte e o lazer, a SMEL recebeu a incumbências de gerenciar, democratizar e disseminar a atividade esportiva na cidade.

O trabalho é desenvolvido pela SMEL, que administra os espaços e desenvolve projetos para todas as faixas etárias, integrando a comunidade através do esporte.

PCD - Atendimento na Vila Olímpica do Caju às pessoas com deficiência e necessidades especiais

O projeto teve início em julho de 2012, com os professores Bruno Viera e Romulo Maranhão, juntamente com a estagiária Luciana Merath e toda a equipe da Vila Olímpica do Caju dando o suporte necessário.

Atualmente na modalidade bocha atendemos dois paralisados cerebrais, porém no setor da pessoa com deficiência há outras atividades para diferentes deficiências e necessidades especiais tais como: autismo, deficiência visual, acidente vascular cerebral, etc. O atendimento é feito aos alunos da comunidade e bairros próximos, duas vezes por semana. Temos atualmente 35 alunos, entre eles homens, mulheres e crianças com idade entre nove e 80 anos. O projeto é importante para o desenvolvimento social e cultural da pessoa com deficiência, melhora na qualidade de vida e integração com a sociedade.

Referências

Blog Vila Olímpica do Caju. Disponível em: <http://vilaolimpicadocaju.blogspot.com.br/> - Acesso em 17 de novembro, 2012.



Márcia da Silva Campeão - Professora de educação física adaptada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ e orientadora do Grupo de Pesquisa em Educação Física e Esportes Adaptados GPEFEA/DEFD/UFRRJ.
Email : marciascampeao@gmail.com

Romulo Albuquerque Maranhão - Professor da Vila Olímpica do Caju. Graduado em licenciatura em educação física na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ.
Email : rml_maranhao@yahoo.com.br

Para maiores informações sobre a Vila Olímpica do Caju, visitem:
<http://vilaolimpicadocaju.blogspot.com.br/> -Blog.
vilaolimpicadocaju@gmail.com

Para entrar em contato com o Grupo de Pesquisa GPEFEA:
E-mail: gpefea@ufrj.br

Página no Facebook: <https://www.facebook.com/GPEFEA?ref=ts&fref=ts>

Campeão, M. S. & Souza, R. G. (2006). *Bocha Paraolímpica: Manual de orientação para professores de educação física*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro.

CP-ISRA - Cerebral Palsy-International Sports and Recreation Association - Disponível em: <http://www.cpisra.org.za/>
- Acesso em: 15 de novembro, 2012.

Toyoshima, M. S. Aparecido, A. Oliveira, B. & Nakada, P. K. (2006). *Bocha adaptado: fatores motivacionais na deficiência física*. Disponível em [http://www.efdeportes.com/Revista Digital](http://www.efdeportes.com/Revista%20Digital) - Buenos Aires, 95, Abril de 2006, acesso em 15 de novembro, 2012.

Nota sobre os autores

Luciana Merath de Medeiros; Ana Paula Guimarães Panicé; Brenda dos Santos Argollo; Bruna Nogueira Pereira são graduandos do curso de licenciatura em educação física na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ e membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física e Esportes Adaptados GPEFEA/DEFD/UFRRJ.
E-mail: lucianamerath.ufrj@gmail.com

Bruno Vieira Reglo - Professor da Vila Olímpica do Caju- Graduado em licenciatura plena em educação física - Universidade Estácio de Sá-RJ.
Email : brunoreglo@yahoo.com.br

Projeto de Extensão Universitária

Iniciação ao Judô Inclusivo

Rafaella Bôto Ferreira Costa
Jessyca Juvêncio Siqueira
Rayanne Freitas Costa Alves
Adriana Inês de Paula

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza

O judô é um esporte que pode ser considerado como uma arte e uma filosofia de vida. Pode ser considerado uma das modalidades esportivas mais completas, pois como cultura física envolve de maneira ampla e diversificada todas as partes e segmentos do corpo que, por sua vez, desenvolvem-se harmoniosamente, adquirindo força e flexibilidade. Filosoficamente seus princípios e sua disciplina complementam o trabalho que permite um desenvolvimento global do indivíduo (Kano, 1982).

O judô atrai em todo o mundo milhões de pessoas de ambos os sexos e idade variadas. No Brasil são mais de dois milhões de praticantes, de faixas etárias variadas e de ambos os gêneros (Franquini, 1999)

Conhecendo a historicidade desta arte e o seu real propósito que buscamos justificar e apresentar a necessidade deste projeto de iniciação ao judô inclusivo na Universidade. Espaço onde, a priori, deve-se aprender a lidar harmoniosamente consigo mesmo e com o próximo, diante dos mais variados aspectos.

O projeto de Iniciação ao Judô Inclusivo é uma das atividades do Laboratório de Atividade Motora Adaptada e Percepção-Ação (LAMAPA) do Instituto de Educação Física

e Esportes da Universidade Federal do Ceará e conta com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PREX) e Ministério do Esporte que financiam as bolsistas do projeto. O projeto em questão abrange as áreas de saúde, educação e lazer, e visa impactos na melhoria do desenvolvimento motor, mental, físico e social de seus integrantes.

As atividades do projeto tiveram início em março de 2012 e desde então treinamentos acontecem três vezes por semana (segundas, quartas e sextas das 12:00h as 14:00h). Mesmo que o horário do projeto não seja um horário tão acessível—por ser horário de almoço—pode-se notar o quanto é importante à prática do judô para esses alunos pois muitos deles priorizam o treino ao almoço e mantém a assiduidade nos encontros.

Caracterização dos participantes

O projeto beneficia diretamente 30 participantes, sendo quatro pessoas com deficiência visual e uma com deficiência física. Os demais são caracterizados como não deficientes e fazem parte da própria instituição, sendo eles de diferentes cursos (agronomia, geografia, economia doméstica, educação física, entre outros).

A faixa etária dos participantes varia entre 18 e 33 anos. Do total de participantes 43,3% é do sexo feminino, o que desmistifica o fato de que as lutas são exclusivamente praticadas pelo público masculino. O grupo além de ser composto por pessoas com deficiência é também composto por pessoas de diferentes etnias e países como Argentina, Guiné-Bissau e França. O que reafirma a questão de trabalharmos em um grupo bem diversificado e em um ambiente altamente inclusivo, que respeita as diferenças sejam elas étnicas, sociais, sexuais, ou físicas. Dessa forma, o grupo caminha sempre respeitando as especificidades e individualidades de cada um que o compõe.

Com relação ao histórico dos alunos com deficiência, podemos esclarecer que o primeiro aluno com deficiência visual a entrar no grupo é classificado como B2, e tornou-se



deficiente aos sete anos de idade. Atualmente, além de praticar judô e karatê, ele é desportista de atletismo competindo nas provas de 100m e 200m e salto em distância. O segundo aluno com deficiência visual treinou outros esportes, mas nunca competiu oficialmente. É um amante das lutas e está praticando o judô pela primeira vez. Adquiriu a deficiência aos 13 anos em decorrência de descolamento na retina. O terceiro aluno com deficiência visual também praticou karatê, e jogou futebol, mas não em equipes oficiais. Adquiriu a deficiência aos 17 anos durante uma brincadeira com os amigos, quando estes acertaram um de seus olhos com pólvora causando uma infecção e que de forma repentina afetou o outro olho, causando perda total da visão nos dois olhos. O último aluno com deficiência visual do grupo é o único que não tem as experiências em outros esportes, o que reflete no seu repertório motor empobrecido quando comparado aos demais. Por fim a aluna com deficiência física contraiu o vírus da poliomielite aos dois anos de idade. Ela é praticante de karatê, judô, dança, é vocalista em uma banda e é desportista de basquetebol em cadeira de rodas, fazendo parte da Seleção Feminina Cearense de basquete em cadeira de rodas e sua classificação nesta modalidade é ponto dois.

Relações sócio-afetivas no projeto

A respeito das relações sócio-afetivas estabelecidas entre os participantes do projeto pode-se notar que há uma relação de respeito mútuo entre eles, independente da cor, raça, credo, deficiência, entre outras diferenças, todos são tratados igualmente, sem distinção, e as individualidades são respeitadas, sempre considerando as especificidades de cada indivíduo num contexto de inclusão.

Relatando os casos especificamente das pessoas com deficiência, podemos dizer que os alunos sem deficiência tratam o primeiro aluno com deficiência visual com muito respeito e admiração, pois este possui um gesto motor riquíssimo advindo de suas experiências anteriores, o que



facilita a prática do judô, e é interessante notar que muitos alunos ficam surpresos com as capacidades e habilidades físicas dele, sendo assim ele é muito admirado por todos os outros alunos. Há certas atividades que ele se sobressai em relação a alguns integrantes do grupo, principalmente nos treinos físicos, onde muitas vezes os outros alunos se esquecem de que ele é uma pessoa com deficiência, pois não há limitação para ele, ele consegue superar todas as adversidades e obstáculos impostos pelos treinamentos.

Então procurando otimizar o tempo e promover o contato entre todos, buscamos que todos interajam entre si durante os treinos, para que as pessoas sem deficiência consigam juntamente com os que tem deficiência ter novas experiências e estabelecer uma troca mútua destas experiências. Os treinos acontecem em um ambiente bastante descontraído, muitas vezes o aluno citado anteriormente é protagonista de certas brincadeiras, em que ele faz piada da própria deficiência, ele é muito simpático e extrovertido. Mostrando a muitos que ser deficiente não é o fim do mundo, ensinando que ser deficiente é ser eficiente.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas durante o treinamento são bem variadas, e se adequam as necessidades dos alunos, principalmente no caso dos alunos com deficiência. No começo por não termos experiência no trato com estes alunos, ficamos buscando meios de transmitir o conhecimento da melhor forma possível. Entretanto percebemos que o meio norteador deste processo é primeiramente conhecer os alunos, e tentar atender as suas necessidades.

No caso do primeiro aluno com deficiência a ingressar no projeto, quando ele tinha que aprender algum movimento novo, pedíamos para que ele tocasse os praticantes, para saber em que postura deveria ficar, depois de um tempo, conhecendo o repertório motor dele a excelente noção temporal-espacial que ele possuía, passamos apenas a falar o movimento e ele passou a realizá-lo de forma excelente. O que já não ocorreu com o quarto aluno, que por não compreender o movimento falado, prefere tocar quem está dando a instrução, desta forma recebendo feedback do movimento.

Já com o segundo e o terceiro alunos, por terem certa percepção da imagem, para eles basta apenas que façamos o movimento próximo o suficiente para que eles possam perceber a postura pedida através do movimento e da descrição deste movimento. Com relação a aluna com deficiência física, o treinamento dela é bem específico, já que ela tinha dificuldade de manter a postura mesmo que sentada, então foi necessário, antes de traçar qualquer estratégia, fazer um treinamento de fortalecimento muscular, para daí iniciar o treinamento dos movimentos iniciais, apenas adequando-os as limitações neuromusculares advindas da deficiência dela.



Atividades realizadas no projeto

No decorrer do projeto desenvolvemos algumas atividades com o objetivo de que os alunos sem deficiência pudessem experimentar a realidade vivida pelos alunos com deficiência (simulações), este foi um dos métodos que utilizamos para aproximar um pouco estes dois mundos.

Através dessas atividades podemos sensibilizar os alunos sem deficiência sobre a realidade dos alunos com deficiência, vivendo experiências antes nunca ou pouco vivenciadas e muito menos refletidas no seu cotidiano, foi um momento no qual houve uma troca mútua de experiências entre todos. Há um grande compartilhamento de conhecimentos durante esses momentos.

Escolhemos quatro atividades que desenvolvemos no grupo, para exemplificar o relato acima, algumas dessas atividades são tradicionais outras são adaptações de outros tipos de jogos.

1ª atividade

Espelho: A turma foi dividida em duplas, um integrante de cada dupla ficava vendado, e outro aluno tinha que ficar em uma posição estática. O objetivo da atividade é que o aluno que está vendado conseguisse imitar a posição do colega nos seus mínimos detalhes, no decorrer da atividade trocam as posições, e agora o outro ficaria vendado e tentaria imitar a posição do seu companheiro. Durante esta atividade, trocamos também as duplas para que todos pudessem interagir o máximo possível com o grupo.

2ª atividade

Gato mia: Um integrante do grupo será escolhido para ser vendado, e os outros alunos deveram se dispor aleatoriamente no ambiente e manterem-se estáticos. Quem está vendado toca em um dos alunos dispostos no espaço e ordena "Gato Mia" e quem está vendado deverá descobrir quem ele tocou

pela voz, pela emissão do miado do gato, na atividade realizada quem está vendado tem três chances de acertar, quem emitiu o miado, no final das chances outra pessoa era escolhida para ficar vendada, e a dinâmica segue com o mesmo propósito.

3ª atividade

Jogo da serpente: O grupo foi dividido em duas equipes, no dia contávamos com a participação de todos os alunos, então adaptamos as equipes. Numa equipe estavam dois alunos com deficiência visual e a aluna com deficiência física, então foi adaptada na equipe adversária a participação de dois integrantes, onde utilizamos uma cadeira de escritório convencional com rodinhas e uma pessoa sem deficiência ficou como cadeirante e uma pessoa vendada total e outra pessoa vendada parcialmente, e dessa forma equilibramos as duas equipes. Estas equipes formaram duas filas uma de frente para a outra, sendo que os cadeirantes ficaram na frente das filas para evitar que alguém sáisse lesionado, representando assim à cabeça da serpente. O objetivo da atividade era que o primeiro da fila conseguisse tocar no ultimo da fila de oposição, ou seja, a cabeça de uma serpente tinha que pegar o rabo da outra.

4ª atividade

Caça ao tesouro: O grupo foi dividido em duplas, onde um integrante da dupla ficaria vendado, enquanto a orientadora da atividade esconderia um objeto, o objetivo era que o integrante não vendado guiasse o que estava vendado, apenas com a voz, estando também em uma distância considerável deste, para que ele conseguisse identificar a voz do guia em meio as outras vozes e encontrar o objeto.

Relatos de experiências dos integrantes do projeto

Luna: "Eu acho bem legal a iniciativa do grupo de incluir pessoas com deficiência porque isso prova que não há limites para o ser humano, basta ter força de vontade. E ainda derruba preconceitos de pessoas sem deficiência que se acham superiores".

Renata: "Eu acho muito interessante. Eles são bem dedicados, conseguindo até aprender mais fácil do que outras pessoas, além disso, fiquei impressionada com a apresentação da 'Maria', foi uma demonstração e tanto".

João: "Eu acho muito interessante. nunca tinha feito nenhum esporte com eles e pude ver que a deficiência não significa nada mediante as técnicas e força de vontade, eles são tão bons quanto todos..."



Erenildo: "Participar do projeto de judô me faz sentir dentro de uma luta chamada inclusão social, que a cada dia venho lutando para que as pessoas não vejam as pessoas com deficiência com indiferença. E dentro do grupo acho que ganhei essa luta por IPPON, pois não vejo ninguém do grupo tratar quem quer que seja com indiferença". Isso me deixa muito feliz por ter conquistado essa vitória e também compartilhar essas experiências com todos vocês".

Isabella: "Para mim é normal e ao mesmo tempo gratificante porque de qualquer forma é uma experiência nova e uma fonte de aprendizado".

Márcio: "Eu acho o projeto muito importante por ser algo que eu sempre quis fazer, já que gosto bastante de artes de luta praticar essa arte é muito empolgante". Acho legal fazer parte de um grupo diversificado, conviver e aprender com essas pessoas é muito bom!

Rayanne: é parceira tutora nos projetos de extensão do LAMAPA e apresenta a seguir um relato sobre essa participação:

Um ano após terminar o ensino médio, estava eu na situação que todo estudante preocupado em ingressar na universidade se encontra, cobrada pela família e amigos que lá já estavam, me sentindo apavorada com o medo de decepcionar a todos, e sentindo as cobranças aumentarem, após eu me inscrever para um processo seletivo e não passar. A partir deste momento contando com o apoio de poucos comecei a me sentir incapaz de prosseguir com este propósito, já que para mim tudo parecia difícil e inalcançável.

Até que um dia uma amiga que é acadêmica no curso de Educação Física na Universidade Federal do Ceará me falou sobre o projeto do qual iria participar como professora de judô, dizendo que este contava com a participação de pessoas com deficiência, além de graduandos e não graduandos sem deficiência. E me convidou para participar das aulas para conhecer um pouco sobre o ambiente acadêmico e vivenciar

experiências com outras pessoas que passaram por dificuldades para chegar onde estavam, mas que conseguiram superar os desafios da vida. Na mesma hora aceitei o convite e ao chegar ao projeto fui muito bem recebida por todos.

Nos treinos de judô, tive contato com algumas pessoas com deficiência, entre elas uma com deficiência visual e uma com deficiência física, que conviviam tão bem com a deficiência que algumas vezes, esquecia que eles a possuíam, ambos tornaram-se meus amigos e mostraram-me que a deficiência não é o obstáculo para enfrentar o mundo, e sim nossa própria ignorância.

Mostrando interesse por participar ativamente das atividades realizadas no Laboratório de Atividade Motora Adaptada, o LAMAPA, fui convidada para participar do Grupo de Estudos de Atividade Motora Adaptada (GEAMA), que aconteciam uma vez por semana. Lá assisti a apresentação de um artigo sobre "autismo", o que despertou em mim bastante interesse. Continuei participando do grupo, mesmo que me sentisse um pouco constrangida, por não fazer parte do curso de educação física, e não ter muito conhecimento na área de atividade física adaptada, de certa forma me sentia uma intrusa.

Esta sensação foi se modificando a partir do momento em que comecei a participar regularmente de algumas atividades realizadas. O meu vínculo com o LAMAPA, aumentou efetivamente quando fui convidada pela Professora Adriana Inês de Paula, coordenadora do LAMAPA, para ser tutora no projeto "Pro-Movendo Sorrisos", fiquei lisonjeada ao receber este convite. Embora receosa com a situação, pelos motivos já relatados, aceitei-o. Neste projeto eu iria trabalhar com adolescentes e jovens autistas, que de acordo com meus conhecimentos não conseguiam estabelecer vínculo afetivo, eram arredios, introvertidos, agressivos, entre outros adjetivos, que as literaturas traziam para conceitua-los. Entretanto, não era este aspecto que eles me apresentaram, muito pelo contrário, mostraram-se atenciosos, amorosos, divertidos, cativantes, extrovertidos, espertos, entre muitas outras qualidades, que não daria para mensurar. Com eles aprendi que carinho, vontade e atenção são suficientes para promover sorrisos, mesmo que você não possua conhecimentos teóricos em demasia.

Com relação aos integrantes do projeto o vínculo sócio-afetivo transparecia não ser apenas a de participantes de um grupo, mas também a de uma grande família fazendo com que eu me sentisse mais a vontade para prosseguir nas atividades. A partir daí envolvida de forma intensa no LAMAPA, agora livre de qualquer receio, me dispus a participar da modalidade esportiva de basquete em cadeira de rodas, sendo uma experiência diferente que despertou minha curiosidade, lá percebi que estava ao lado de verdadeiras "guerreiras sobre rodas", pois além de atletas eram profissionais, esposas e mães, que estavam em quadra.

Através deste núcleo de experiência, chamado LAMAPA, constatei que meu conceito de deficiência estava longe de

representar a realidade que presenciei, percebi que o estigma imposto pela sociedade a essa população é o combustível para o sucesso deles, vivi experiências indescritíveis, conheci pessoas extraordinárias, e acima de tudo aprendi que nada é tão difícil e inalcançável se a minha vontade de conseguir algo for maior que a distância entre eu e o meu querer. Sendo assim, quisera eu que outras pessoas, tivessem a oportunidade que eu tive de traçar um maravilhoso caminho e fazer parte de uma história como esta.

Referências

- Franchini, E. (1999). Bases para detecção e promoção de talentos na modalidade judô. Publicações INDESP, vol. I.
- Kano, J. (1982). Kodokan Judo. Tóquio: Kodanshas.

Nota sobre as autoras

Rafaella Bôto Ferreira Costa e Jessyca Juvêncio Siqueira são graduandas do curso de educação física do Instituto de Educação Física e Esportes/IEFES, da Universidade Federal do Ceará. São membros do Laboratório de Atividade Motora Adaptada/LAMAPA

Rayanne Freitas Costa Alves é membro do Laboratório de Atividade Motora Adaptada/LAMAPA/UFC e acadêmica do Centro de Línguas Estrangeiras do Ceará (CLEC).

Adriana Inês de Paula é docente responsável pela área de educação física adaptada da do Instituto de Educação Física e Esportes/IEFES, da Universidade Federal do Ceará e coordenadora do Laboratório de Atividade Motora Adaptada/LAMAPA

Email de contato: depaula@ufc.br

História do Rúgbi em Cadeira de Rodas no Brasil

Moyses Messias Souza de Sant'Anna
Ricardo Prates

Federação de Rugby em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro

Intrrodução

Primeiramente quero enaltecer a todos os bravos jogadores brasileiros que participaram da primeira seleção brasileira de rugby em cadeira de rodas no Mundial de Cadeiras de Rodas e Amputados (tributo a paz) no ano de 2005, através de um projeto com propósitos bem definidos para a implantação da modalidade no Brasil (Sant'Anna, 2005), idealizado há alguns anos anteriores ao evento e com o reconhecimento da Federação Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas (IWRf). Lembrando ainda que este feito, registrado pela imprensa nacional e internacional, colocou o Brasil no ranking internacional como o primeiro país da América do Sul a praticar a modalidade (International Wheelchair rugby Federation, s.d). Posição esta que perdura em destaque até o presente momento.

Fundamentado através das experiências vivenciadas neste marco inicial da prática do em cadeira de rodas no Brasil, aprez-me relatar com a riqueza de detalhes a história desta fantástica modalidade que tem transformado a vida de profissionais de diversas áreas e jogadores envolvidos com o paradesporto. Entretanto, faço o uso destas prerrogativas para modestamente relatar a dinâmica dos fatos abaixo.

Fundamentação teórica

Está bem claro que o esporte não tem "dono", a prática da atividade desportiva, através da história, faz parte da cultura das civilizações. Uma detida análise sobre o assunto nos leva a perceber que a essência característica de cada povo é refletida nesta prática secular que, como na Grécia Antiga, onde os exercícios físicos e as atividades físicas tiveram realce, atualmente, o mesmo fenômeno, sem dúvida, assume um papel dos mais importantes deste final do século 20 e início do terceiro milênio, refletido na pujança dos Jogos Olímpicos idealizados pelo pedagogo Barão de Coubertin (Cornelsen, 2006).

Considerada como um fator de desenvolvimento individual segundo Campos (2001), e parte essencial de toda organização, já que se constitui num fenômeno social, econômico, político e cultural, a prática desportiva contribui para o progresso humano e influi diretamente no desenvolvimento de um povo, haja vista a superposição dos países subdesenvolvidos e os desportivamente mais fracos nos mapas de educação da UNESCO.

É com base nestes conceitos e na legislação vigente em que faço à afirmativa que o esporte não tem "dono", como uma das mais vigorosas e constantes manifestações da vida social, caracteriza-se como um direito do cidadão, independente de gênero, do sexo, cor de pele, idade, capacidade e condição física, sensorial, intelectual e social, é dever do Estado (art. 217 CF/88) e responsabilidade de todos (Brasil, 1988). Desta forma, assumo o papel social no capítulo desta obra de mero transmissor dos conhecimentos que me foram oportunizados.

Sendo o homem, antropológicamente comparado a outros animais, o único que nasce sem qualquer proteção para a manutenção da sua sobrevivência, necessitando integralmente da assistência materna para sua evolução e desenvolvimento, tornou-se o mais capaz para adaptar-se as diversas condições impostas pela natureza. Assim, historicamente, a adaptação do homem em todos os âmbitos sociais tem marcado a sua evolução para a sua própria subsistência. Neste contexto, o conceito atual de adaptação do meio para a maior eficiência do homem tem sobrepujado o conceito de adaptação do homem ao meio, principalmente daqueles indivíduos considerados deficientes.

Como não poderia ser diferente no esporte, o que é mais pragmático na sustentação de sua prática, sobretudo, os aspectos dos benefícios físico e sociais que norteiam o homem, adaptar para uma maior eficiência e inclusão, tornou-se uma condição sine qua non neste seguimento sociocultural.

Tais aspectos chamaram-me a atenção na modalidade rugby em cadeira de rodas desde o primeiro contato, tendo

em vista que as peculiaridades deste jogo abrangem a maior diversidade funcional na elegibilidade para a sua prática, tal como as condições neurológicas que tem como seqüela a tetraparesia, ou não neurológicas chamadas de tetra-equivalentes. Considerando ainda a não diferença de gêneros, sendo a única modalidade Paralímpica coletiva que permite o gênero feminino disputar em condições de igualdade ao gênero masculino. Desta forma, acredita-se que estes são os motivos pelos quais o rugby em cadeira de rodas é a modalidade paradesportiva que mais cresce no mundo (Molik, Lubelska, Kosmol & Bogdan, 2008; Gumbert, 2004; IPC, 2007).

Histórico internacional

Foi com esta visão que me deparei ao primeiro contato com o rugby em cadeira de rodas e, conseqüentemente, a busca incessante pelo conhecimento no seguimento paradesportivo, motivou um grande investimento para trazer esta fantástica modalidade para o Brasil, considerando que não havia qualquer vestígio desta prática nos países da América do Sul. Assim, após ter tido a oportunidade em conhecer Atenas (Grécia) no ano de 1997, quando ainda de férias de uma temporada onde trabalhava como fisioterapeuta do futebol convencional no Kuwait, tomei conhecimento de que o rugby em cadeira de rodas teria a sua segunda participação em uma Paraolimpíada e seria uma das modalidades mais competitivas, sendo a Grécia, o país candidato a sediar a edição do 12º Jogos Paralímpicos de verão em 2004.

Prontamente passei a pesquisar sobre a modalidade ao retornar ao Brasil, e a primeira pergunta que me surgiu foi: porque ainda não temos este esporte no Brasil em face da sua importância social?

No ano de 2003, definitivamente resolvi investir para conhecer de perto o rugby em cadeira de rodas, portanto, não hesitei em fazer contato com a comissão organizadora do evento. Diga-se em destaque, uma das grandes iniciativas para esta edição foi a adoção inédita de um comitê organizador único, que teve a responsabilidade de coordenar as ações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Pela primeira vez na história os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de verão foram organizados pelo mesmo comitê organizador, fazendo parte do mesmo evento, tendo como presidente a Senhora Gianna Angelopoulos-Daskalaki.

Em seguida, prosseguindo com o ideal de trazer a modalidade para o Brasil, fiz a inscrição como voluntário no XII Jogos Paralímpicos de Atenas, deixando claro que só iria para atuar junto ao rugby em cadeira de rodas. Ressalto que na ocasião, paralelamente, exercia a função de coordenador do curso de educação física, em uma determinada instituição no Rio de Janeiro, quando plenamente comprometido na gestão de cursos superiores de graduação, planejei o projeto político pedagógico e a grade curricular para a formação de

profissionais com um perfil profissiográfico para atuarem no seguimento da pessoa com deficiência. O que seria inédito em um curso de graduação no Rio de Janeiro se fosse posto em prática, considerando que até o presente momento, há uma grande defasagem de profissionais especializados para os diversos tipos de atendimento neste seguimento.

Em setembro de 2004, uma semana antes do início dos jogos, com recursos próprios, embarquei para Atenas, e assim que cheguei, fui recebido com muito entusiasmo pela gerente de seleção e treinamento para voluntários internacionais, a senhora Olga Kikou. Tal entusiasmo se deu, segundo a mesma, pelo fato de já conhecer o meu propósito em buscar conhecimentos sobre a modalidade em questão. Sendo assim, fui privilegiado por ficar exclusivo para o rugby em cadeira de rodas, em comparação aos demais voluntários que faziam rodízio para atender outras modalidades.

Com uma semana no centro de treinamento em Dekélia, numa grande área militar, tive contato com a nata rugbeira de vários países e pude acompanhar desde os programas de treinamento até o tratamento especializado de diversos profissionais envolvidos numa equipe de alto rendimento. Na segunda semana, fui escalado para atuar indoor em todos os jogos do evento, experiência esta deslumbrante, o nível técnico desportivo das equipes representantes de seus países eram altíssimos.

Naquele momento pude compreender que o paradesporto de alto rendimento não deixa a desejar em hipóteses alguma para as modalidades convencionais, seja ao nível técnico ou mesmo de performance física.

Muito entusiasmado com a experiência, tratei logo de coletar todas as informações possíveis sobre a modalidade, manual de regras, manual de treinamento e classificação.

Durante a realização dos jogos, tive a grata satisfação de, inevitavelmente, encontrar com alguns representantes do Brasil de diversas entidades paradesportivas. Na ocasião, fui apresentado pelo presidente da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE) ao então presidente da Associação Brasileira de Cadeira de Rodas, Amputados & Les Autres (ABRADECAR) que, ao tomar conhecimento do propósito da minha viagem, se interessou em agregar valores para desenvolver a modalidade no território brasileiro. Em seguida, tive a oportunidade de conhecer o presidente da Federação Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas (IWRF) e fazer a pergunta que mais me incomodava. O que seria necessário para levar o rugby adaptado para o Brasil? A resposta foi mais objetiva ainda, como primeiro passo, participar de uma clínica internacional de rúgbi adaptado. Desta feita, em setembro do mesmo ano embarquei para realizar a primeira clínica, subvencionado pela Federação Mexicana de Desporto sobre Cadeira de Rodas (FEMEDESSIR), com a chancelaria da Federação Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas (IWRF). A clínica foi realizada no Centro Paralímpico Mexicano em Mixhuca na Cidade do México. Mas uma vez um investimento financeiro parcial, que sem sombra de

dúvidas valeu a pena, não só pelo material completo que adquiri sobre treinamento, classificação e regras, mas pelo cabedal de conhecimento transmitido pelos professores durante a clínica.



Figura 1. Centro Paralímpico Mexicano-2004. Fonte: Sant'Anna (2004). Arquivo pessoal.

Histórico nacional

No ano de 2005, como já havia traduzido para a língua portuguesa uma parte deste material sobre o jogo de rugby, fui convidado pela (extinta) ABRADecAR para fazer um jogo de apresentação nos Jogos Mundiais de Cadeira de Rodas e Amputados, que aconteceu no mês de setembro do mesmo ano, com o tema "Tributo a Paz". Realizado internacionalmente pela Internacional Wheelchair and Amputee Sports Federation (IWAS). É a competição mais antiga do calendário do paradesporto mundial e aqui no Brasil por ter sido a primeira vez, contou com a chancela da Federação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas de Stoke Mandeville (ISMWSF) e da Organização Internacional de Esportes para Deficientes (ISOD) - entidades precursoras do esporte adaptado e fundadoras do Comitê Paralímpico Internacional (IPC).

A última edição desta competição havia acontecido na Nova Zelândia, em 2003, e contou com a participação de 860 atletas de 43 países.

Foi elaborado então, um projeto contendo todos os insumos necessários para a realização da apresentação, incluindo um planejamento para o fomento da modalidade após a competição, como a sugestão de criação de uma federação e/ou associação brasileira de rugby em cadeira de rodas. Este projeto foi entregue a (extinta) ABRADecAR, assim como ao representante da IWRF na ocasião do evento (Sant'Anna, 2005).

Paralelamente à organização e confecção do projeto, procurei aglutinar pessoas influentes no movimento dos direitos das pessoas com deficiência para dividir o idealismo

de implantar o rugby no Brasil. Os participantes se contagiaram e ficaram deslumbrados pelas características da modalidade, assim como entusiasmados pela possibilidade de participar do primeiro evento de rugby no Brasil. Desta forma, novos interessados apareceram.

Com apenas três meses para preparar uma equipe, foi definido uma comissão técnica para o início dos trabalhos. Dentre o grupo havia atletas, ex-atletas de basquetebol, pessoas ligadas ao movimento paradesportivo e ao seguimento de uma maneira geral, assim como pessoas que jamais haviam participado de uma competição nacional ou mesmo internacional. Coube-me então, na ocasião, a função de delegado nacional da modalidade. Os treinamentos aconteceram no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAD) Mestre Candeia, na cidade do Rio de Janeiro.

Durante os meses que precederam os Jogos Mundiais de Cadeira de Rodas e Amputados, a comissão organizadora da modalidade em questão, lançou um concurso para a escolha de uma marca que pudesse representar a seleção brasileira de rugby em cadeira de rodas, e a ganhadora foi a fisioterapeuta da comissão técnica. Esta logomarca foi sugerida em projetos posteriores.



Figura 2. Logomarca escolhida pelos jogadores para representar a seleção brasileira na ocasião do evento no ano de 2005. Fonte: Sant'Anna, 2005; Projeto de Implantação do Rugby em Cadeira de Rodas.

Com apenas um mês para o início do mundial, a Federação Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas (IWRF), insistentemente convidava a equipe brasileira para participar oficialmente da competição, ou seja, deixar de fazer apenas uma apresentação, já que o regulamento técnico permitia que

o país sede do evento participasse sem precisar estar no ranking. Foi convocada então uma reunião com a equipe técnica do time brasileiro, onde todos decidiram em aceitar o convite. Ora, considerando que a modalidade não fazia parte da cultura esportiva em nosso país, assim como não havia tempo o suficiente nem recursos para que a equipe brasileira pudesse ter igualdade de condições frente às equipes internacionais, considero que foi uma decisão inteligente do grupo em participar oficialmente do evento, pois os benefícios estão sendo desfrutados até o presente momento, não só pela colocação no cenário internacional, mas pelas diversas experiências particulares que cada participante obteve. Cabe ressaltar, o relato de uma mãe, que dois meses após o término da competição nos procurou para agradecer pelo fato da participação do seu filho no grupo ter transformado a rotina da sua vida.

Segundo a entidade mantenedora na ocasião, hoje extinta, os recursos para a participação da equipe brasileira não foram orçados a tempo pelo fato da idéia inicial ter sido apenas um jogo de apresentação, sendo assim, não alocando recursos logísticos como uniforme, traslado e hospedagem, gerando um enorme descontentamento no grupo.

Contudo, tivemos o prazer de receber duas equipes norte americanas, uma equipe canadense e uma equipe da África do Sul, e como já era de se esperar, a participação do Brasil não teve o intuito de alcançar uma colocação no pódio, mesmo se houvesse todos os recursos materiais disponíveis, teríamos que considerar o fator tempo e a modalidade nova para a maioria dos jogadores brasileiros. Alguns participantes sequer haviam assistido a um vídeo ou presenciado um jogo de rugby em cadeira de rodas, o que não mudaria muito em termos de colocação na competição. Uma situação bem diferente da cultura "futebolística" do nosso país. Assim, fomos presenteados com um espetáculo à parte, na disputa final entre as equipes principais dos Estados Unidos da América e o Canadá.

Em 2006, mantive o contato com a IWRf com o intuito de prosseguir com o trabalho iniciado como coordenador nacional da modalidade, entretanto, limitado por não haver a continuidade ao fomento pela ABRADecAR, que naquele momento iniciava o processo da sua extinção. Diga-se por mérito, entidade que permitiu o rugby adaptado chegar ao Brasil.

Dediquei então a escrever sobre o rugby em cadeira de rodas, visto que seria outra forma de contribuir para divulgação da modalidade, considerando a escassez de material existente. Obra esta, ainda em andamento, intitulada "Wheelchair Rugby: Uma Nova Perspectiva Mundial do Esporte Adaptado".

Com a semente implantada, a busca incessante de patrocínio através da iniciativa privada para dar continuidade ao fomento ao esporte, no mesmo ano de 2006, fui convidado pelo Professor de Educação Física Ricardo Prates e outros componentes remanescentes do Mundial de 2005, para atuar

somando valores na confecção de um projeto intitulado "Viver não é preciso, jogar Quad Rugby é preciso" (2007), apresentado ao Instituto Muito Especial. Uma organização da sociedade civil de interesse público que contribui para a inclusão social e profissional da pessoa com deficiência. Assim, a insistência para encontrar parcerias nos levou até mesmo a confecção de um vasto orçamento com fabricantes internacionais das cadeiras de rugby, além de todos os insumos materiais e humanos necessários para a manutenção de uma equipe desportiva de rugby em cadeira de rodas. Entretanto, fomos mais uma vez surpreendidos pelas diversas barreiras alheias a nossa vontade.

No mesmo ano de 2006, ao participar da 1ª Feira Nacional de Acessibilidade e Reabilitação que aconteceu entre os dias 21 e 23 de setembro no RIOCENTRO/RJ, com o objetivo de preparar o Rio de Janeiro para os Jogos Parapanamericano de 2007, tomei conhecimento da existência de outro grupo de pessoas remanescentes do mundial em 2005 que deram continuidade a prática da modalidade aqui no Rio de Janeiro, porém, atuando como uma organização não governamental (ONG), chamada "Centro de Referências Gerreiros da Inclusão". Durante a feira, esta entidade participou com a apresentação de várias atividades sócio inclusivas, dentre elas, uma apresentação de rugby em cadeira de rodas.

No ano de 2007, novamente, recebi um convite para fazer parte da fundação do Rio Quad Rugby Clube (RQRC). Uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter sócio esportivo. Com o mesmo entusiasmo, porém agora, tendo a parceria da direção de um clube, continuamos a busca incessante para dar continuidade ao idealismo que já havia se tornado uma realidade. Desta forma, reconstruímos um novo grupo de trabalho com uma nova perspectiva voltado basicamente para o fomento e promoção da modalidade, afastando-se um pouco do caráter de esporte de alto rendimento, por entender até então, que poucos teriam a oportunidade de importar ou adquirir uma cadeira esportiva de rugby. Com este propósito, uma das iniciativas do clube se pautou na apresentação do projeto "Inclusão Social e Qualidade de Vida Através do Rugby em Cadeira de Rodas" (2007), junto a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro, fundamentado nas necessidades de uma grande demanda, registrado através do senso demográfico IBGE (2000), realizado na cidade do Rio de Janeiro.

População total: 14.392.106

População com deficiência: 2.131.762

População de 0 a 17 anos com deficiência: 189.855

0 a 4 anos: 25.144

5 a 9 anos: 48.914

10 a 14 anos: 70.833m

15 a 17 anos: 44.964

18 a 24 anos: 124.297

Outras iniciativas e ações foram promovidas na incessante

tentativa de fomentar e divulgar a modalidade no Rio de Janeiro. Dentre elas, a realização de palestras e apresentações de jogos promovidas pelo RQRC, sobretudo no âmbito universitário. Assim como em meio as minhas atividades profissionais, fui convidado por várias instituições de ensino superior para divulgar o rugby adaptado na disciplina de Educação Física Especial. Poderia citar um convite em especial, ocorrido em setembro de 2007, no qual ministrei uma palestra no "Fórum da Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência do SESC Madureira, e lá pude presenciar a apresentação de um jogo do time da ONG Centro de Referências Guerreiros da Inclusão". Em 2008, no mesmo evento promovido pelo SESC, foi a vez do Rio Quad Rugby Clube promover uma exibição do jogo, seguido paralelamente, pela palestra de esclarecimentos sobre a modalidade, culminando com a participação de alguns dos espectadores no jogo.

O primeiro workshop teórico e prático realizado por um jogador profissional de rugby adaptado no Rio de Janeiro ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2008, na Vila Olímpica Parque da Vizinhança Dias Gomes, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio, mais conhecida como Piscinão de Deodoro. O Atleta Brian Muniz do Chicago Bears (USA) ministrou aulas práticas e teóricas. Ocasão na qual pode expressar o quanto Ele falou da sua satisfação e alegria em de poder divulgar o esporte no país.

Ainda no ano de 2008, enquanto os dois clubes cariocas já fomentavam e desenvolviam a modalidade, mediante a perspectiva do surgimento de novas entidades interessadas em partilhar da prática do rugby adaptado no país, passou-se a estudar a possibilidade da criação de uma entidade que pudesse organizar e administrar as ações e projetos da modalidade em âmbito nacional, como já havia sido proposto no projeto em 2005. Entretanto, com o diferencial em apresentar a ideia diretamente ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Com base nas experiências anteriores adquirida no Mundial de Cadeira de Rodas e Amputados - Tributo à Paz ocorrido em 2005, somado ao legado deixado pela participação do Brasil numa competição internacional, no dia 3 de março de 2008 fundou-se a Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas (ABRC), a qual me foi designado à grata função de Coordenar do Departamento de Classificação Funcional. Por motivos éticos, a primeira providência foi me desvincular do conselho diretor do Rio Quad Rugby Clube - RQRC, dedicando-se exclusivamente a ABRC.

AABRC é uma entidade sem fins lucrativos com o objetivo de desenvolver, organizar, fomentar e administrar a modalidade em nível nacional, com o apoio do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Em destaque, sem o qual não teríamos como enviar três representantes da ABRC para participar, como observadores da Copa do Canadá/2008, em Vancouver, onde oito seleções participaram do mundial de rugby em cadeira de rodas: Canadá, Estados Unidos da América, Japão, China, Austrália, Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Alemanha. Na

ocasião, tendo em vista que o intuito de apresentar aos diretores da Federação Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas (IWRF), a proposta da ABRC, para fomentar e desenvolver a modalidade em território Brasileiro, ratificando as intenções e as iniciativas do Brasil, apresentada no ano de 2005, sendo desta feita com o apoio do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Oportunamente, o aperfeiçoamento no curso de classificação funcional chancelado pela IWRF me foi muito proveitoso, tendo alcançado nivelamento como classificador internacional nível 2.

Em atendimento ao propósito de criação da ABRC, a Coordenação de Classificação elaborou o primeiro projeto intitulado "Proposta de implantação do curso de capacitação para classificação paradesportiva em rúgbi de cadeira de rodas", com o intuito de capacitar novos profissionais para atuarem na modalidade. Com base nesta proposta a ABRC deu início a promoção de vários cursos de capacitação para o fomento da modalidade em outros estados brasileiros. Destaque para o Estado de São Paulo, tendo a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), através da Associação de Esportes Adaptados de Campinas (ADEACAMP), respaldada pelo projeto "Atividades Motoras e Esporte Adaptado" desenvolvido pelo curso de graduação em educação física, prontamente assimilou a ideia e a filosofia do rugby em cadeira de rodas, colaborando para o crescimento e prática da modalidade no país.

Na sequência dos trabalhos, como objetivo de incentivar e apoiar o surgimento de novas equipes, a ABRC elaborou uma agenda de atividades com destaque para a classificação funcional de atletas. Por meio de uma clínica técnica realizada no Centro Esportivo Miécimo da Silva entre os dias 2 e 3 de agosto de 2008 no Rio de Janeiro, tivemos a participação das seguintes equipes: Organização para o Movimento e o Esporte Adaptado (OMDA/Unisul) de Florianópolis/SC, Rio Quad Rugby Clube (RQRC) e o Centro de Referência Guerreiros da Inclusão (CRGI), ambas do Rio de Janeiro/RJ, tendo como meta a pré-convocação de dezesseis dos trinta atletas presentes a seletiva para compor a seleção brasileira de rugby em cadeira de rodas.

A segunda seletiva foi organizada em um torneio curto, realizado no dia 27 de setembro de 2008, na Escola Estadual Antônio Prado Junior, no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro, com a participação e três equipes; RQRC, ADEACAMP e Guerreiros da Inclusão. Novamente, foram pré-convocados dezesseis atletas para compor a seleção brasileira de rugby adaptado, no qual dez atletas foram para a Colômbia representar o país em uma competição internacional.

O primeiro desafio para a seleção brasileira da hera ABRC foi o convite da IWRF para participar do torneio Maximus Quadrugby Open/2008, promovido pela Fundação Arcangeles, na cidade de Bogotá na Colômbia, ocorrido entre os dias 15 e 22 de novembro. Apesar deste evento não fazer parte do calendário de competição oficial, foi chancelado

pela IWRF com o propósito de desenvolver o rugby em cadeira de rodas na América do Sul, onde contou com a participação das seguintes seleções: Brasil, Colômbia I (Bogotá), Colômbia II (Cali), Argentina, Canadá e USA.

Na sequência, O Comitê Paraolímpico Brasileiro promoveu o 1º Campeonato Brasileiro de em dezembro de 2008, realizado na Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF) na cidade de Niterói, RJ, tendo a participação de três equipes, no qual a equipe do Rio Quad Rugby Clube (RQRC) sagrou-se campeã, a equipe da ADEACAMP com a segunda colocação e a equipe Guerreiros da Inclusão na terceira posição.

A segunda edição do Brasileiro de Rúgbi em Cadeira de Rodas ocorreu entre os dias 21 e 24 de maio na cidade de Paulínia, SP. Com a participação de cinco equipes, duas equipes a mais da edição anterior em 2008, sendo desta feita a campeã a equipe da Associação de Esportes Adaptado de Campinas (ADEACAMP). Nessa edição de Paulínia, SP, convocou-se doze atletas para disputarem entre os dias 15 e 19 de junho de 2009 a segunda edição do Torneio Maximus Quadrugby MMIX, realizando na cidade de Niterói, RJ, com a presença das seleções do Brasil, Argentina, Colômbia, USA e Grã Bretanha.

Após a segunda edição do torneio Maximus MMIX, deu-se início a uma longa preparação, inclusive com uma pré-temporada da seleção brasileira para participar do campeonato nacional da USQRA na cidade de Birmingham no Estado do Alabama (EUA), nos dias 17 e 18 de abril de 2010, com o propósito de aquisição de cadeiras de rodas esportivas, importadas para melhor adequar o conjunto atleta-equipamento. Em destaque, mais uma relevante iniciativa do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) para o fomento e desenvolvimento da modalidade.

Como a Argentina foi o segundo país da América do Sul a seguir os passos do Brasil para desenvolver o rugby em cadeira de rodas, tendo participado dos principais eventos promovido pela IWRF, foi escolhida para sediar o Campeonato Panamericano de Rugby em Cadeira de Rodas, ocorrido entre os dias 29 e 31 de outubro de 2009 na cidade de Buenos Aires, promovido pela Fundacion Rugby Amstand. O evento contou com a participação dos USA, Canadá, Argentina e Brasil - com a ausência inesperada da Colômbia - restando ao Brasil e a Argentina para disputar a vaga para o mundial de rugby em cadeira e rodas que acontecera em setembro de 2010 na cidade de Vancouver, Canadá, no qual em jogo decisivo os hermanos ficaram com a última vaga das Américas. Ao saber que USA, por ser campeão Paralímpico em Pequim 2008 e Canadá país sede, já estariam com a vaga garantida.

Considerando que a implantação e a evolução da modalidade no Brasil enquanto esporte de alto rendimento tem alcançado metas, significativamente importante no contexto paradessportivo, o desafio passou a ser (de maneira criteriosa) a popularização da modalidade no país, visando revelar novos atletas na consolidando o rugby adaptado como

referência ímpar no cenário nacional.

As edições dos Campeonatos Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas de 2010 e 2011 poderiam balizar um pouco essa popularidade da modalidade. Na edição do Brasileiro de 2010, ocorrido entre os dias 18 e 22 de maio, no SESC cidade de Ceilândia, DF dez equipes representando os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal participaram da competição, sagrando-se campeã a equipe da Associação de Esportes Adaptado de Campinas (ADEACAMP) de Campinas, sendo a vice-campeã a equipe Viva as Diferenças Tigres Quadrugby de São Paulo e em 3º lugar o Centro de Referência Guerreiros da Inclusão do Rio de Janeiro. Competição essa que também se valeu para convocar vinte atletas para compor a seleção brasileira de rugby para defenderem o Brasil em competições internacionais no México e na Suíça. Já 2011 o Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas se deu entre os dias 13 e 17 de julho no SESC Venda Nova em Belo Horizonte, MG. Nesta 4ª edição do campeonato a ABRC, devido ao quantitativo de entidade filiadas, qualificou as primeiras oito equipes do ranking para disputar a 1ª divisão, introduziu em seu regulamento técnico a 2ª divisão, com previsão de disputa para os dias 2 a 4 de dezembro de 2011 na Associação Niteroiense de Deficientes Físicos (ANDEF) em Niterói, RJ, com as equipes por confirmar. O IV Campeonato Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas reuniu sete equipes que se confrontaram (em um total de 21 jogos) em sistema de pontos corridos em busca do título da 1ª divisão da modalidade; sendo o estado de São Paulo representado pelas equipes Viva as Diferenças/Tigres Quadrugby e Associação Esporte Adaptado de Campinas (ADEACAMP), Rio de Janeiro por Rio Quad Rugby Clube (RQRC) e Associação Niteroiense de Deficientes Físicos (ANDEF), Distrito Federal pela Associação dos Deficientes do Gama e Entorno (ADGE)/Águias do Gama, Santa Catarina pela Organização Para o Movimento e o Esporte Adaptado (OMDA) e o estado anfitrião representado pela a equipe da Belo Horizonte Rugby Clube, BH; com destaque para o jogo da última rodada - pelo segundo ano consecutivo - entre ADEACAMP x Tigres, no qual a ADEACAMP levou mais uma vez a melhor, sagrando-se tricampeã nacional. Com Viva as Diferenças/Tigres Quadrugby em 2º lugar e Organização Para o Movimento e o Esporte Adaptado (OMDA) em 3º lugar.

Como de praxe, nesta edição de 2011 do campeonato brasileiro de rugby de cadeira de rodas se valeu para a convocação de dezesseis atletas para compor a seleção brasileira da modalidade, dentre os quais dez representaram heroicamente o país no Panamericano de Rugby em Cadeira de Rodas ocorrido na cidade de Bogotá na Colômbia, entre os dias 21 e 24 de setembro. Os bravos brazucas que após vencerem a Argentina, Colômbia e México, alcançaram um feito inédito ao conquistarem a medalha de bronze; pondo o rugby brasileiro no topo da América do Sul.

Esperamos que a história do rugby adaptado no Brasil

possa servir como exemplo de dedicação e idealismo, não apenas para o desenvolvimento técnico da modalidade, mas como base de conhecimento para transformação social. Neste contexto, ratifico a posição de que a prática do esporte, seja em qualquer modalidade ou nível de categoria, deve ser sempre orientada e administrada por profissionais qualificados que possam manter a filosofia do "fair play". A prática do esporte competitivo quando não conduzida neste sentido, pode levar ao efeito inverso desde o uso de drogas, como o doping, até a exclusão social.

Referências

- Sant'Anna, M.M.S. (2005). Projeto "Proposta de implantação e fomento da modalidade rúgbi em cadeira de rodas no território brasileiro". Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas - ABRADECAR.
- International Wheelchair rugby Federation (IWRF). Fonte: http://www.iwrf.com/?page=iwrf_rankings.
- Cornelsen, E. L.. (2006). Olímpia a serviço de germânia: a recepção da arte e da tradição olímpica da Grécia antiga no contexto dos jogos olímpicos de Berlim. *Classica (Brasil)* 2006, 19.2: 196-223.
- Campos, A.F. (2001). Esporte: direito de todos, dever do estado. *Novos Estudos Jurídicos*, na VI- nº 12 - p. 237-246.
- Brasil (1988). Constituição Federal Brasileira de 1988. Título III; capítulo III; Artigo 217.
- Molik, B.; Lubelska, E.; Kosmol, A. & Bogdan, M. (2008). An Examination of the international wheelchair rugby federation classification system utilizing parameters of offensive game efficiency. *Adap. Phys. Activ. Quart.*, 25, 335-351.
- Gumbert, W. (2004). *Wheelchair rugby*. Blazer Sports Clubs of America, Atlanta, USA.
- IPC (2007). *Classification code and international standards*. International Paralympic Committee.
- Projeto "Viver não é preciso, jogar rúgbi é preciso" (2006). Rio Quad Rugby Clube, Rio de Janeiro.
- Projeto "inclusão social e qualidade de vida através do rúgbi adaptado" (2007). Rio Quad Rugby Clube. Rio de Janeiro.
- International rules for the sport of wheelchair rugby (2008). Published by the IWRF Technical Commission.

Nota sobre os autores

- Moyses M.S. de Sant'Anna
Doutor em Ciências - UERJ
Mestre em Morfologia - UERJ
Especialização em Advanced Sport Training - University of Maryland - USA
Especialização em Performance do Treinamento Desportivo pela FAFICLA- PR
Classificador funcional internacional de rúgbi adaptado pela IWRF - 2008 - 2010
Membro do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte desde 1994
Fundador da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas (ABRC)
Fundador do Rio Quad Rúgbi Clube (RQRC)
Presidente da FERCRERJ - Federação de Rugby em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro
- Ricardo Prates
Professor de educação física - UCB
Pós-graduação em psicomotricidade - IBMR
Presidente e atleta do Rio Quad Rugby Clube - RQRC

Email para contato: moysa2000@yahoo.com

Normas para Publicação

Apresentação

A revista *Adapta* é a revista profissional da Sobama. É um outro órgão de divulgação da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada que foi criada para atender às necessidades de divulgação e discussão da prática profissional em atividade física adaptada. A revista *Adapta* aceita a submissão de manuscritos de profissionais, pesquisadores e interessados em diferentes áreas como educação física e esportes, fisioterapia, educação especial, psicologia e outras cujos manuscritos tenham perfis direcionados à área de atividade física adaptada ou pertinentes aos interesses dos leitores da revista *Adapta*. Cabe ao Conselho Editorial da revista *Adapta* decidir sobre a pertinência da colaboração.

Apreciação pelo conselho editorial

O manuscrito é aceito para análise pressupondo-se que: (a) o mesmo não foi publicado e nem está sendo submetido para publicação em outro periódico; (b) todas as pessoas listadas como autores aprovaram o seu encaminhamento à revista *Adapta*; (c) qualquer pessoa citada como fonte de comunicação pessoal aprovou a citação; (d) fotos e ilustrações têm autorização para serem publicadas.

Os trabalhos enviados serão apreciados pelo Conselho Editorial e os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus manuscritos.

Pequenas modificações no texto poderão ser feitas pelo Editor ou pelo Conselho Editorial da Revista. Quando este julgar necessárias modificações substanciais, o(s) autor(es) será(ão) notificado(s) e encarregado(s) de fazê-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de três semanas.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os manuscritos deverão ser encaminhados com identificação completa dos autores, digitados em espaço duplo, fonte tipo Courier ou Times, tamanho 12. Para estimar a equivalência considere que uma página impressa da publicação corresponde a 3 páginas do manuscrito e portanto, recomendamos que o manuscrito tenha no mínimo 6 páginas considerando as fotos e/ou ilustrações. As fotos deverão ser indicadas numericamente ao longo do texto e enviadas em arquivo separado. O encaminhamento de arquivos

eletrônicos das figuras em formato JPG é recomendado aos autores para assegurar a qualidade de reprodução.

A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:

- Título em português;
- Nome de cada autor, seguido por uma afiliação institucional;
- Indicação do autor a quem o leitor do artigo deve se corresponder seguido de endereço eletrônico;
- Nota sobre autores, que deve conter informações tais como: nome completo; titulação; filiação profissional, acadêmica ou esportiva; endereço para correspondência; link pessoal ou institucional, etc.
- Texto propriamente dito

Para outros detalhamentos tais como citações de obras, referências bibliográficas ou casos omissos, as normas de instruções da Revista da Sobama deve ser consultado: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm>

Endereço para encaminhamento

Adriana Inês de Paula

E-mail: depaula@ufc.br

Revista *Adapta* - ISSN 1808-8902

Versões eletrônicas disponíveis no site:

<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm>

http://www.rc.unesp.br/ib/e_fisica/proefa/e-proefa/index.htm

http://www.rc.unesp.br/ib/e_fisica/hpefa/festivalfafa.htm